



Conselho Consultivo - Fundação Renova
NAS ÁGUAS DO RIO DOCE

Dois anos de trabalho e aprendizado
navegando pelas águas turvas da tragédia
de Fundão

CADERNO 01

EXPEDIENTE

CONSELHO CONSULTIVO

Coordenador:

Cláudio Boechat

Conselheiros:

Andrea Aparecida Ferreira Anchieta

Carlos Alberto Sangália

Élcio José Souza de Oliveira

Hernani Ciro Santana

Humberto Savelli Batista Gomes

Hugo Stefano Carvalho Carneiro

Igor Rodrigues de Assis

Maria Auxiliadora de Fátima Costa e Souza

Sônia Madali Boseja Carolino

Tarcísio José Foeger

Ualdina Maria da Costa Isaac

RELATÓRIO

Supervisão:

Cláudio Boechat

Consultoria:

José Geraldo Rivelli Magalhães

Redação:

Luísa Rennó

Projeto Gráfico:

Fabiana Martins Mouchrek

Apoio e interface com

Governança Fundação Renova:

Rafaela de Oliveira Teodorico

O relatório “Nas Águas do Rio Doce – Dois anos de trabalho e aprendizado navegando pelas águas turvas da tragédia de Fundão” expõe o trabalho do Conselho Consultivo da Fundação Renova ao longo de dois anos (2017 e 2018) na incansável busca por auxiliar no desenvolvimento e execução dos projetos de recuperação e reparação da bacia do rio Doce, após o rompimento da barragem de Fundão, que ocorreu em novembro de 2015, no município de Mariana, MG.

Este relatório foi dividido em dois cadernos, para melhor organização e facilidade de leitura do conteúdo.

O “**Caderno 1 ≈ O Curso do Rio ≈ Registro da Trajetória**” contém a narrativa sobre a experiência vivenciada pelos conselheiros durante seu trabalho. Menos atento à cronologia dos fatos e minúcias documentais (sem, no entanto, menosprezá-las) e mais à riqueza das experiências, viagens, debates e propostas apresentadas, o Caderno 1 recria uma trajetória, utilizando a metáfora do caminho percorrido por um rio (que pode ser o Doce, como pode ser tantos outros espalhados por Minas Gerais, Espírito Santo, Brasil...), desde o seu nascedouro até o desaguadouro.

O “**Caderno 2 – Registro das Atividades**” é documental: nele estão informações, dados, atas (resumidas) de reuniões, rela-

tórios de viagens, entre outros documentos, que comprovam e relatam ações e atividades exercidas pelo Conselho Consultivo ao longo dos dois anos de recorte deste relatório. É um material de consulta, desenvolvido para ser utilizado de forma complementar ao Caderno 1. Sempre que a narrativa do Caderno 1 se basear em informações que estão devidamente documentadas, haverá um indicativo de onde encontrar o documento em que constavam tais informações no Caderno 2.

A decisão por organizar o relatório dessa forma buscou priorizar uma narrativa fluida e de agradável leitura, que não fosse constantemente interrompida por comprovações documentais dos fatos e ocorridos. Uma narrativa que pudesse demonstrar a essência das experiências vividas sem, no entanto, deixar de comprovar que todas essas vivências aconteceram em atividades registradas e documentadas e o conteúdo da narrativa está sincronizado com esses documentos.

Nas páginas a seguir, encontra-se o Caderno 1, com todo o registro da trajetória nos anos de 2017 e 2018. O Caderno 2, com as informações e documentos indicados ao longo do texto, pode estar impresso e anexado a este Caderno 1 ou ser acessado online no endereço: **www.fundacaorenova.org**

Boa leitura!

O Relatório de Realizações do Conselho Consultivo “Nas Águas do Rio Doce” – Cadernos 1 e 2 – está disponível para consulta no site da Fundação Renova: www.fundacaorenova.org

TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

SUBSEÇÃO 1.4: Conselho Consultivo

CLÁUSULA 217: O Conselho Consultivo é o órgão de assessoramento da FUNDAÇÃO, podendo opinar sobre planos, programas e projetos, e indicar propostas de solução para os cenários presentes e futuros decorrentes do caráter dinâmico dos danos causados pelo rompimento das barragens.

PARÁGRAFO ÚNICO: o Conselho Consultivo também poderá ouvir as associações legitimadas para a defesa dos direitos dos IMPACTADOS, bem como estabelecer canais de participação da sociedade civil, podendo, para tanto, convocar reuniões específicas e ouvir organizações interessadas em matéria a ser debatida pelo Conselho.

CLÁUSULA 218: O Conselho Consultivo poderá atuar e se manifestar independentemente de consulta ou provocação formulada pelo Conselho de Curadores, pela Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal e poderá expedir recomendação não vinculativa.

CLÁUSULA 219: O Conselho Consultivo será composto por 17 (dezesete) membros, indicados da seguinte forma:

I - 5 (cinco) pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH DOCE;

II - 2 (dois) pela Comissão Interministerial para Recursos do MAR - CIRM;

III- 5 (cinco) representantes de instituições de ensino e pesquisa ou especialistas com notório conhecimento, indicados da seguinte maneira:

a) 1 (um) pelo Ministério Público Federal - MPF;

b) 1 (um) pelos Ministérios Públicos Estaduais do Espírito Santo e de Minas Gerais;

c) 2 (dois) pelo Conselho de Curadores da FUNDAÇÃO; e


d) 1 (um) pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO.

IV - 5 (cinco) representantes das comunidades impactadas, sendo três do Estado de Minas Gerais e dois do Estado do Espírito Santo, indicados pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por proposta do Conselho Consultivo, o Conselho de Curadores poderá criar comitês, subcomitês ou comissões temáticos, no âmbito do Conselho Consultivo, para tratar de temas internos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica desde já criada uma comissão temática integrada por 6 (seis) representantes da população para fazer a interlocução com as comunidades impactadas dos municípios e distritos de Mariana e Barra Longa.

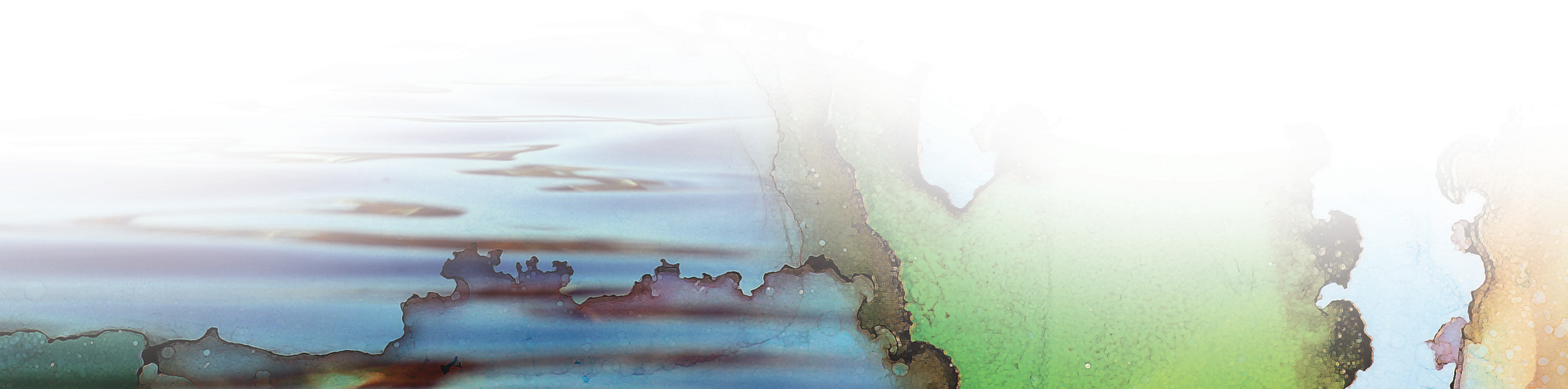
CLÁUSULA 220: Apesar de as recomendações e manifestações expedidas pelo Conselho Consultivo não gozarem de caráter vinculante, caso o Conselho de Curadores não siga o entendimento recomendado, deverá fundamentar formalmente a sua discordância, na forma prevista no Estatuto Social da FUNDAÇÃO.



CADERNO 1
≈ O CURSO DO RIO ≈
REGISTRO DA TRAJETÓRIA

“Milhares viveram sem amor, mas ninguém viveu sem água.
Mas se continuarmos como estamos agindo, morreremos aos
milhares sem água e sem amor.”

Auden (1907 – 1931) Poeta anglo-americano



SUMÁRIO

Apresentação.....	09
≈ Nascedouro ≈ O rompimento	12
≈ Afluentes ≈ Governança.....	15
≈ Encontro das águas ≈ Constituição do Conselho Consultivo.....	19
≈ Alto curso ≈ Fase inicial.....	25
≈ Ilhas ≈ Viagens a campo.....	30
≈ Cascatas e cachoeiras ≈ Proposição de Ideias e Soluções.....	44
≈ Barreiras ≈ Resistências e oposições.....	60
≈ Meandros ≈ Amadurecimento.....	69
≈ Desaguadouro ≈ Diretrizes para o futuro	74
≈ A trajetória do rio ≈ Considerações finais.....	87

APRESENTAÇÃO

“Sem alegria nem cuidado, nosso pai encalçou o chapéu e decidiu um adeus para a gente. Nem falou outras palavras, não pegou matula e trouxa, não fez alguma recomendação.(...) Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar. E a canoa saiu se indo - a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida longa.”

A Terceira Margem do Rio, Guimarães Rosa

Confesso que, quando aceitei o convite para compor o Conselho Consultivo da Fundação Renova, não tinha uma perspectiva muito clara do que aquilo poderia implicar. Era início de 2017 quando uma colega da Fundação Dom Cabral me consultou sobre meu interesse em ser indicado pela escola, em resposta a uma sondagem feita pela área de governança da Renova. Movido por um natural dever de cidadania, aceitei de imediato, grato por ter enfim encontrado uma porta de entrada para o que eu via como um inédito e poderoso esforço de reconstrução da enorme área atingida pelo desastre do rompimento da barragem do Fundão, em novembro de 2015. Não imaginei que, chapéu encalçado, entrava em

uma canoa na terceira margem do rio Doce.

Explico: em uma de suas obras mais valiosas, o pequeno conto A Terceira Margem do Rio, o mineiro Guimarães Rosa ilustrou um processo de mudança com a história de um menino cujo pai mudou-se para o meio de um rio, passando a morar em uma canoa na sua terceira margem.

A metáfora funciona bem.

Primeiro, o que eu julgava ser “minha canoa”- tinha uma tripulação, os demais conselheiros, alguns deles diretamente atingidos pela lama. Nossa canoa se encheu do desejo de colaborar

ativamente para que as coisas funcionassem, para virar o jogo do rio Doce. Na minha ideia, devíamos trabalhar para que o rio Doce se tornasse um exemplo mundial de restauração, e mesmo de transformação para uma região com alta qualidade de vida, revertendo uma longa história de degradação.

Segundo, a terceira margem do rio é, além da superfície das águas onde as canoas flutuam, o espaço em que se constroem pontes. Aos poucos ficava claro para nós que, sem o poder de decidir o que seria realizado, nossa principal possibilidade consistiria na construção de pontes entre as margens direita e esquerda. Entre a formalidade e a informalidade, o legal e o ilegal, o mundo dos advogados e o dos engenheiros, o mundo das empresas e o das comunidades. Entre a boa intenção e o oportunismo, a ambição e a frustração, os rotos e os ricos. Entre o futuro e o passado, a tradição e a inovação, a complexidade e a simplicidade, a honradez e, sim, a patifaria. Em um exemplo simples, pontes precisaram ser construídas entre a foz e o alto Doce: na foz, diferenciava-se “peixe” de “pescado”, no alto rio Doce, não; o saber lidar com

povos tradicionais no alto rio Doce transferiu-se de alguma forma para a Política do Pescador de Fato, surgida de embates dos pescadores da foz, para ser aplicada em toda a bacia.

A necessidade urgente de restauração expôs margens, muitas delas antes camufladas.

Ao ter minha candidatura à condição de coordenador do Conselho aceita por meus novos colegas, assumi um compromisso pesado, mas repleto de oportunidades de colaborar. Tentar conduzir debates onde uma espécie de pororoca indignada de reclamações invadia a pauta de reuniões cuidadosamente arquitetadas é tarefa para marujo de sete costados. Achar rotas para navegações seguras entre bancos de areia traiçoeiros e correntezas misteriosas só foi possível com as instruções sagazes dos colegas mais experientes e sensíveis.

Nem sempre fáceis, as relações com outras canoas na terceira margem – as equipes e a Diretoria da Renova, as outras instâncias de governança, o mundo oficial, os especialistas – não ajudaram naturalmente nossa viagem.

Cada capitão e cada tripulação tem seu próprio jeito de ver e de agir, e não conseguimos ainda navegar como uma frota.

Nosso maior patrimônio foi a credibilidade que nossa condição de voluntários nos atribuiu. Preservá-la foi nossa principal empreitada, especialmente frente a tanta diversidade, tantas pessoas, tantas comunidades, tantas pautas a serem conciliadas e representadas. Navegamos muitas vezes como canoa fantasma. Nos expusemos, de verdade mesmo, quando fomos a campo nas incursões ao território atingido, onde nos deparamos com as obras de reparação e com as pessoas atingidas.

Uma verdade para tudo na vida: nunca será possível reverter o acontecido. Também não será possível esquecer que o acontecido trouxe dor, morte e destruição. Trouxe o olhar de todo

o mundo para o rio Doce, o que ele era, o que se tornou, o que poderá ser daqui em diante. Em seu rebuliço, trouxe à luz os que se encontram às suas margens. E a necessidade de construir pontes, promovendo o encontro, o diálogo, o aprendizado. Porque acontecimentos vão continuar nos surpreendendo. Mas se as nossas pontes forem fortes, saberemos onde nos encontrar no futuro para cuidar das águas e das margens, das pessoas e de suas riquezas.

Este documento não é exatamente um diário de bordo. Decidimos fazê-lo para deixar nossos aprendizados para quem nos sucederá. Não será muito desejar que eles se convertam, quem sabe, em ensinamentos?

“Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente.”

Cláudio Boechat, coordenador do Conselho Consultivo
Maio de 2019



O NASCEDOURO

O rompimento

Escondidas entre pedras e matas, no alto das serras, nascentes são pequenos fios de pureza e esperança. Vão desbravando tímidas o caminho até se tornarem rio.

E se, por um capricho da natureza, ou dos homens, uma nascente de repente se tornasse uma explosão de água e fúria? Isso mudaria a natureza do rio e das águas, das margens e dos homens que vivem nelas.

A história deste rio Doce, que vai ser contada aqui, não é sobre um rio que nasce na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, e desce sereno até encontrar o mar. É o conto de um rio que nasceu para a história em uma explosão de água, lama e fúria. E mudou para sempre a natureza do seu curso e das suas águas, de tudo e de todos que vivem ao seu redor.

Sem aviso ou sinal, da natureza, da tecnologia ou dos homens, a barragem se rompeu. Foi no dia 5 de novembro de 2015. Naquele momento, 32,6 milhões de m³ de rejeitos saíram do reservatório da barragem de Fundão, na planta de mineração de Germano, de propriedade da Samarco. Com uma força estrondosa, a água, os rejeitos e a lama desceram pelo vale, seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte, do rio do Carmo e, por fim, do rio Doce, atingindo tudo que estivesse à frente. Dezenove pessoas foram vítimas fatais dessa força. Milhares de outras também foram vítimas, na destruição de distritos inteiros, como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, no município de Mariana, MG, no forte impacto em diversas outras cidades, como Barra Longa, na devastação de lavouras, no extermínio de atividades econômicas ao longo do rio, na interrupção do abastecimento de água, no prejuízo à pesca, ao turismo, à vida que se levava por todo o vale do rio Doce.

Cerca de 80% dos rejeitos que desceram da Unidade de Germano ficaram concentrados entre a área pós-Fundão e a Usina Risoleta Neves, também chamada de Candonga, nas proximidades de Santa Cruz do Escalvado, MG, numa extensão de 113 km, onde o impacto ambiental foi maior. O restante seguiu o rio Doce, adentrando o mar até atingir o arquipélago de Abrolhos, causando transtornos e impactos sociais, econômicos, além dos ambientais, em municípios mineiros e capixabas e em uma grande área do oceano.¹

A Samarco, com o apoio das suas acionistas Vale e BHP Biliton Brasil, assumiu a responsabilidade pelo rompimento da barragem de Fundão e pela mitigação de todos os danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo desastre. Executou ações e obras emergenciais ao longo do primeiro ano após o rompimento para iniciar o reparo de estruturas, casas e cidades e longos trechos de rio fortemente impactados pelas águas.

¹ Informações obtidas no Relatório “Um ano do rompimento de Fundão”, produzido e publicado pela Samarco, com última atualização em 07/11/2016.

Muito mais ainda tinha que ser feito quando a missão foi passada para a Fundação Renova, entidade criada para realizar a reconstrução, a reparação e a recuperação do meio ambiente e das comunidades impactadas.

Fundação de direito privado e sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, MG, a Renova é fruto do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, assinado entre a Samarco, suas acionistas e os governos federal e dos estados

de Minas Gerais e Espírito Santo, em 2 de março de 2016. Foi estruturada em um modelo inédito de governança, especialmente criado para a reparação dos danos causados pelo desastre. O TTAC – uma opção inovadora em relação ao convencional modelo de solução judicial de conflitos – define o escopo da atuação da Fundação Renova em 42 programas e projetos que deveriam ser implementados ao longo da área impactada ao redor dos 650 quilômetros de extensão do rio Doce e afluentes.



AFLUENTES

Governança

Nenhum rio se torna grande sozinho. E nenhum grande rio segue sua trajetória sozinho.

Aqueles que correm pelo vale ao redor, aqueles que têm o mesmo destino, o mesmo propósito, o mesmo caminho, são esses os rios que vão doar suas águas, suas histórias, suas influências, suas naturezas. Vão doar a força das suas correntezas para fazer um único, grande leito, com um único, grande destino.

GOVERNANÇA

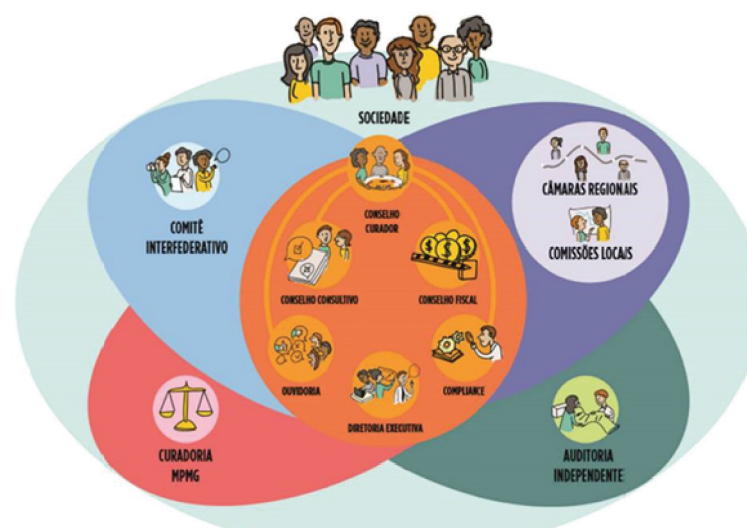
Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações e instituições são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre conselhos, Diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

Os princípios básicos de uma boa governança incluem: transparência, equidade, prestação de contas e reponsabilidade corporativa.

Já na Governança Social Integrada, os ambientes, instituições, processos e recursos que integram os três setores – organizações do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil – se unem na execução de iniciativas, projetos, programas ou políticas que visem ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Fontes:

Governança Corporativa – IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa);
Governança Social Integrada – Plataforma GSI do Centro de Governança Social Integrada da
Fundação Dom Cabral



Fonte: Fundação Renova

Governada por um grupo de entidades signatárias do TTAC, a Fundação Renova tem autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional para conduzir 42 programas de ação ambiental e socioeconômica de reparação e restauração dos danos causados pelo rompimento da barragem.

A estrutura máxima da governança se dá no **Comitê Interfederativo – CIF**, conforme estabelecido pelo TTAC² – Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, e constituído por:

² Conforme estabelecido na Secção II, cláusulas de 242 a 255 do TTAC.

- Dois representantes do Ministério do Meio Ambiente;
- Dois representantes do Governo Federal, indicados pelo Ministro Chefe da Casa Civil;
- Dois representantes do Governo do Estado de Minas Gerais;
- Dois representantes do Governo do Estado do Espírito Santo;
- Dois representantes dos municípios de Minas Gerais afetados pelo rompimento da barragem;
- Um representante dos municípios do Espírito Santo afetados pelo rompimento da barragem;
- Um representante do CBH Doce, do segmento Poder Público.

O CIF faz o papel de uma agência reguladora do cumprimento e do detalhamento dos termos do acordo. É o espaço formal de representação de instituições oficiais, constituído como uma instância decisória. É ali que se definem as diretrizes de cada um dos programas e é de onde vêm as demandas para a Fundação Renova realizar. O CIF é uma solução inédita no Brasil, sendo um dos poucos exemplos de espaço colegiado de governança interfederativa destinado a dialogar de forma democrática com todos os envolvidos.

O Comitê ainda é composto por onze **Câmaras Técnicas Temáticas**, cada uma responsável por um tema relativo à recuperação e restauração, tratado em profundidade por especialistas técnicos e políticos. As Câmaras Técnicas Temáticas dão suporte às decisões do CIF no zelo pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Ainda na governança externa, fazem parte uma empresa de **auditoria independente**, subordinada ao CIF, e o **Painel de Especialistas**, uma instância de solução de possíveis conflitos entre o CIF e a Fundação Renova.

Na governança interna estão o **Conselho Curador**, composto por membros indicados pelas mantenedoras e pelo CIF, que zela pelo cumprimento dos objetivos da Renova; o **Conselho Fiscal**, que controla e garante o uso adequado do recurso financeiro para o cumprimento das atividades da Renova; a **Diretoria Executiva**, que faz a gestão dos trabalhos e presta contas das atividades da Renova; a **Ouvidoria** e o **Compliance**; e, finalmente, o **Conselho Consultivo**.

Segundo a própria Fundação Renova, “o principal desafio desse modelo de governança é garantir que todos os interessados, especialmente as comunidades atingidas, participem de forma efetiva dos processos de consulta, para desenho dos projetos, e de forma eficiente do processo de decisão. Outro desafio é tornar o processo ágil.”³

Ainda no material produzido pela Fundação Renova em julho de 2017: “No caminho de definição e implementação das soluções, há diversas etapas do ponto de vista de governança. O processo se inicia com o desenho das propostas a serem executadas para determinada frente da reparação, que envol-

ve primeiramente a discussão e a construção conjunta com os públicos interessados: população atingida, especialistas e organizações locais. Depois, a proposta segue para a aprovação técnica por Câmaras Técnicas Temáticas, pelo Comitê Interfederativo (CIF) e, finalmente, pelo Conselho Curador, que é acompanhado pelo Conselho Consultivo.”^{4/5}

³ Idem nota 1.

⁴ Com exceção dos programas de caráter emergencial, como o de auxílio financeiro, todos os demais passam pelo mesmo processo.

⁵ Idem nota 3.

ENCONTRO DAS ÁGUAS

Constituição do Conselho Consultivo

A verdade é que alguns rios só se tornam eles mesmos quando as águas de outros, anteriores, se encontram em algum ponto do percurso. Cada um veio da sua serra, carregando sua história, sua trajetória. Só ali, encontrando-se e fundindo-se, vão ganhar um só leito, um só nome, um único percurso. Doce ou amargo, calmo ou turbulento, um só caminho até o mar.

As águas crescem porque se encontram.

Veja a composição do Conselho Consultivo, com os nomes indicados por cada órgão, entidade ou comunidade na página 08, do Caderno 02.

O Estatuto da Fundação Renova estabelece o Conselho Consultivo – CCO, conforme orientado pelo TTAC⁶, como um órgão de funcionamento permanente e caráter opinativo, **composto por 17 membros**, dentre os quais:

- 5 indicados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce;
- 2 indicados pela Comissão Interministerial para Recursos do Mar – CIRM;
- 5 representantes de instituições de ensino e pesquisa ou especialistas com notório conhecimento na área de atuação da Fundação Renova, dos quais: 1 é indicado pelo Ministério Público Federal; 1 é indicado pelos Ministérios Públicos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; 2 são indicados pelo Conselho Curador e 1 é indicado pelo Comitê Interfederativo;
- 5 representantes das comunidades impactadas, sendo 3 de Minas Gerais e 2 do Espírito Santo, indicados pelo Comitê Interfederativo.

O Conselho Consultivo foi criado para ser a “voz da sociedade sobre o formato e o andamento dos programas da Fundação Renova.”⁷

É a instância onde foi prevista a participação direta dos atingidos, com 5 representantes de comunidades dentre os 17 membros instituídos pelo TTAC. Os demais conselheiros são representantes da sociedade civil que vieram da academia e dos institutos de pesquisa, de organizações não-governamentais, de órgãos públicos, das comunidades e de outras partes interessadas. Por essa composição múltipla e representativa é que o Conselho Consultivo trabalha como o espaço do diálogo inclusivo.

O estatuto da Fundação Renova também previa que o Conselho: elegeisse um dos conselheiros para ser seu Coordenador; ouvisse as associações legitimadas para a defesa dos interesses das comunidades impactadas, bem como outras entidades da sociedade civil, podendo convidá-las para participar de suas reuniões, sem direito a voto; reunisse de forma ordinária a cada três meses, e extraordinária sempre que necessário, convocado pelo coordenador, por três dos seus membros ou pelo Conselho Curador; somente se reunisse com a presença mínima de nove conselheiros; deliberasse sempre pelo voto da maioria dos membros presentes; lavrasse ata de suas

⁶ Subseção 1.4, cláusulas 217 a 220, do TTAC, presente na página 4 deste relatório.

⁷ Fonte: Relatório Narrativas Renova, publicado em Julho de 2017.

reuniões, com aprovação e assinatura dos membros presentes; pudesse criar comitês, subcomitês ou comissões temáticas, no seu âmbito, para melhor organizar o andamento dos trabalhos.

É importante destacar que o estatuto estabelece como uma das competências do Conselho Consultivo “emitir opiniões e pareceres não vinculantes sobre as matérias relativas aos programas, projetos e medidas a serem implementados, para assegurar o cumprimento do Acordo e dos objetivos da Fundação”. Caso o Conselho Curador decidisse por não seguir o entendimento recomendado, deveria fundamentar formalmente a sua discordância. Os

membros do Conselho Consultivo poderiam ser convidados a participar de reuniões do Conselho Curador para prestar esclarecimentos e informações solicitados, sem direito a voto.

O estatuto também diz que, se um dos órgãos deixar de realizar indicação para membro do Conselho Consultivo a que tem direito, decorrido o prazo de 15 dias, o Conselho pode funcionar com número inferior ao estabelecido.

Foi com um número inferior a 17 que o Conselho Consultivo se reuniu pela primeira vez, em 8 de fevereiro de 2017.

Sobre margens e pontes

É no Conselho Consultivo que estão os representantes de diversas instâncias sociais que reagiram com interesse – e indignação – ao ocorrido. Algumas dessas pessoas vêm do mundo empresarial, outras do mundo acadêmico, técnico, do mundo legal, do mundo estatal, da sociedade civil. Mas ali estão, principalmente, as pessoas que vieram do mundo do rio, que sofreram e continuam sofrendo todas as consequências do desastre na pele: nas suas casas, na água, nas refeições, no seu ganha-pão diário.

Às margens do rio Doce estão debruçados todos esses diversos mundos, observando com atenção e vivendo intensamente os impactos que seguem o turbulento curso das águas. Cada um do seu lado, por vezes em margens opostas, têm visões bem distintas sobre o mesmo rio. Algumas delas tão opostas que geram embates que parecem nunca alcançar um ponto de encontro: Estado e povo, formal/legal e informal/ilegal, conhecimento acadêmico e conhecimento do campo, urbano e rural, capital e interior, verdades e boatos, direito ambiental e direito ao meio ambiente, Minas Gerais e Espírito Santo...

Para unir essas margens é que se faz mais necessário construir pontes. Caminhos para que um mundo alcance o outro e possa haver encontro e diálogo. O Conselho Consultivo é um local para fazer isso acontecer. Ali, representantes dos mundos se encontram. Uns buscando a defesa dos interesses das comunidades, da sociedade. Outros tentando encaixá-los dentro do sistema formal-técnico-legal: as exigências dos órgãos públicos, a lei, as necessidades técnicas da reparação ambiental, as políticas mais abrangentes e justas de indenização.

Ao longo deste relato, muitas vezes encontraremos momentos e lugares onde pontes podem ser construídas. Pontes propostas pelo Conselho Consultivo, durante dois anos de navegação pelas águas do rio Doce, para fazer as margens se encontrarem sempre que se enxergou que era necessário e possível. Algumas delas foram concretizadas, se tornaram encontro, diálogo, solução. Outras não conseguiram sair do ideário. Mas seguem aqui seus projetos e arquiteturas, para que os próximos “conselheiros/engenheiros” talvez tentem sua construção.



Primeiro encontro

As principais pautas e discussões desta reunião encontram-se relatadas na página 10, do Caderno 02.

Na primeira reunião do Conselho Consultivo, em fevereiro de 2017, estavam presentes os conselheiros:

- Alceu José Torres Marques – especialista indicado pelo Ministério Público de MG e ES
- Carlos Alberto Sangália – representante do CBH Doce / Fundação Pro-Tamar
- Cláudio Bruzzi Boechat – especialista indicado pelo Conselho Curador
- Hernani Ciro Santana – representante do CBH Doce / Universidade Vale do Rio Doce
- Igor Rodrigues de Assis – especialista indicado pelo CIF / Universidade Federal de Viçosa
- João Lages Neto – representante do CBH Doce
- José Geraldo Rivelli Magalhães – representante do CBH Doce, indicado pelo CBH Piranga
- Senisi de Almeida Rocha – representante do CBH Doce

Além dos conselheiros, estavam presentes membros da Diretoria da Fundação Renova e a Dra. Valma Leite da Cunha, Promotora de Justiça Curadora de Fundações de Belo Horizonte. **Diversas cadeiras do Conselho Consultivo estavam vazias por não terem tido indicações de**

conselheiros por parte de algumas instituições, conforme determinava o TTAC.

A reunião aconteceu junto com a do Conselho Fiscal, para formalmente abrir os trabalhos dos dois Conselhos. A Dra. Valma Leite da Cunha ressaltou o papel do Conselho Consultivo na governança da Fundação Renova – uma instância que não é obrigatória em fundações, mas que, nesse caso, era oportuna e necessária, para dar voz à sociedade civil e aos impactados, além de fazer uma interface desses perante a Renova. O Conselho Consultivo deveria manter um fluxo de comunicação sempre aberto com o Conselho Curador e a Diretoria da Fundação Renova e emitir pareceres para a melhor gestão dos programas, de acordo com o trabalho realizado pelos conselheiros e sua expertise nos campos em questão.

Ainda sobre o papel do Conselho Consultivo, mencionado algumas vezes pelos conselheiros e pelos diretores da Fundação Renova presentes, também foi dito que seria apoiar e direcionar os projetos da Fundação, utilizando a capacidade técnica, experiência e representatividade de seus membros. Os conselheiros poderiam levar con-

tribuições dos meios em que estão inseridos, efetivamente representando a sociedade e as instituições que os nomearam. Desde a primeira reunião, estava claro para os conselheiros presentes que seu papel era, acima de tudo, manter a independência do Conselho Consultivo e que deveriam trabalhar pelo bem da sociedade, especialmente das comunidades atingidas, e por nada mais – ou seja, nenhuma instituição, organização ou órgão deveria estar acima dos interesses da população nas decisões do Conselho Consultivo.

As apresentações e falas oficiais sobre a Renova trataram dos programas em desenvolvimento; da transferência dos projetos da Samarco para a Renova; da atualização sobre os reparos emergenciais feitos nas áreas atingidas; da metodologia utilizada para realizar o cadastro dos impactados, com reconhecimento internacional; da equipe e do plano de comunicação da Fundação Renova, com a divulgação de suas realizações, para que fiquem claras para a população. **Neste momento, os conselheiros avaliaram haver deficiências na estrutura e no modo de operação da área de comunicação da Renova, principalmente em função da diversidade de públicos a serem alcançados – sendo um dos mais difíceis, e necessários, os atingidos.**

Esteve em debate a recuperação ambiental, que exige diversidade de modelos e soluções, decorrente da diversidade no meio ambiente impactado, além de projetos com referenciais, gestão de *compliance* e eficiência.

Sugestões e pedidos dos conselheiros foram deliberados como, por exemplo, que viagens sejam feitas por comitivas do Conselho Consultivo para conhecerem o dia-a-dia do trabalho da Renova e a realidade dos locais atingidos pelo desastre. Também foi solicitado que o coordenador do Conselho Consultivo pudesse participar das reuniões abertas do CIF.

Muitas das demandas e deliberações que surgiram, já na primeira reunião, são fruto da experiência profissional de alguns conselheiros e da escuta dos atingidos, algo que, mesmo incipiente já que o Conselho contava naquele momento apenas com a voz dos representantes de Regência e Povoação, aparecia como uma das suas principais atividades a partir de então.

ALTO CURSO

Fase inicial

Quando começa a descer a serra é que o rio vai entender que seu destino não é só chegar ao mar. Seu destino é o caminho. Seu destino é banhar as matas, os parques, os vilarejos e as cidades, as plantações, pastos e minerações. Dar de beber às pessoas, aos animais e às plantas. Quando começa a descer a serra, o rio mal sabe os desenhos que seu leito vai formar na paisagem. Os braços, várzeas, ilhas e barragens - as naturais e as construídas. Serão seus traços e contornos que vão desenhar a vida e a geografia da região.

Aos poucos, o Conselho foi recebendo mais integrantes, que se juntaram ao grupo nas reuniões seguintes:

- Andrea Aparecida Ferreira Anchieta – representante da Comunidade de Povoação/ES
- Aline Gonçalves Louzada – especialista indicada pelo Conselho Curador, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo
- Élcio José Souza de Oliveira (Zé do Sabino) – representante da Comunidade de Regência/ES

Já na segunda reunião, o Conselho Consultivo elegeu seu coordenador, Cláudio Boechat, especialista em sustentabilidade indicado pelo Conselho Curador. Segundo o Estatuto da Fundação Renova, o mandato do coordenador deveria se estender por um ano. Os demais conselheiros cumprem um mandato de dois anos no CCO.

As primeiras reuniões já apresentavam pautas recorrentes. Uma delas era que, **para desempenhar de forma integral e intensiva a sua missão, era necessário completar sua composição para melhor refletir a representação da sociedade na Fundação Renova.** Uma preocupação

constante nas primeiras reuniões foi a ausência de alguns representantes de comunidades atingidas (em especial das cidades de Mariana e Conselheiro Pena, em MG) e de algumas instituições públicas. Foram enviados ofícios reforçando a necessidade de indicação desses conselheiros e insistentemente cobrada das demais instituições de governança da Renova, como o CIF.

A representatividade adequada é valiosa para um Conselho que deseja trabalhar em prol da sociedade. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce tinha 5 representantes no Conselho Consultivo que reforçavam a importância de a Renova se integrar mais aos projetos e programas dos 12 comitês estaduais da bacia.

A comunicação efetiva com as comunidades era outra pauta importante e recorrente. Fazer a população saber do que ocorre e se engajar nos processos era vital para o sucesso dos programas da Renova. Foram sugeridos meios alternativos de comunicação, como rádios comunitárias. **Também se mostrou extremamente importante que a Fundação Renova se mantivesse em contato próximo às lideranças locais**

“O Conselho Consultivo precisou se tornar um verdadeiro pelotão de frente.”

Página 11, Caderno 02.
Ata resumida da reunião.

Ao longo do relatório, frases e falas de conselheiros, ditas em meio a reuniões e debates, aparecem ilustrando o texto. Não foram nomeadas pois pertencem ao pensamento coletivo do Conselho Consultivo.

e aos formadores de opinião das regiões, tanto para ter uma visão mais realista da situação quanto para ser capaz de informar as questões de curto, médio e longo prazos, e a visão do que será realizado até o final das intervenções.

Além das comunidades, é necessário que toda a sociedade seja bem informada sobre as ações de reparação aos danos causados pelo desastre. Como representantes da sociedade, os conselheiros expressavam frequentemente essa preocupação.

Um exemplo dessa questão deu-se na apresentação do Plano de Manejo de Rejeitos, na terceira reunião. O documento foi criado sob premissas técnicas, com pouco envolvimento das comunidades. Os conselheiros avaliaram que o Plano só seria efetivo e legítimo se tivesse a participação da população que convive com os rejeitos, e questionaram a estratégia de comunicação e engajamento dos impactados.

Surgiu, ainda nas primeiras reuniões, a discussão sobre **a importância de gerar, sistematizar e gerenciar todo o conhecimento obtido pelas experiências que a Fundação Renova passou ao lidar com a restauração e reparação dos da-**

nos causados por um desastre de grande magnitude. Essa preocupação foi se tornando mais premente à medida que os trabalhos do Conselho avançavam e gerou uma série de recomendações que serão relatadas mais à frente.

As relações entre Conselho Consultivo e Conselho Curador, duas das instâncias essenciais na governança da Fundação Renova, começaram a se estreitar na terceira reunião do CCO, quando o presidente e mais um membro do Conselho Curador estiveram presentes no evento. **A rotina de ter sempre presente um representante do Conselho Curador facilitaria a comunicação e integração entre as duas instâncias. Era importante que o Conselho Consultivo tivesse conhecimento sobre o que estava sendo discutido, os pontos relevantes e os desafios enfrentados pelo Conselho Curador.** Na reunião seguinte, os membros do Conselho Curador não estavam mais presentes. Ainda assim, algumas pautas que se referiam a essa instância foram levadas, como as principais decisões e os desafios que eles enfrentam. Em compensação, o Conselho Consultivo foi convidado a participar das reuniões do Conselho Curador sempre que houvesse pauta que interessasse às duas instâncias ou que o CCO estivesse buscando respostas mais efetivas do

Página 12, Caderno 02.
Ata resumida da reunião.

Na 8ª reunião (06/10/17) foi relatada a primeira participação do CCO no Conselho Curador. Página 19, Caderno 02.

Decisão tomada na 9ª reunião (17/11/17). Página 20, Caderno 02.

Conselho Curador. Isso abriu mais diálogo e troca entre os dois Conselhos. No entanto, não foi o suficiente para evitar atritos em períodos futuros.

Já em relação ao Comitê Interfederativo – CIF, o processo de aproximação foi mais burocrático, tendo sido necessário um ofício exigindo a participação do CCO nas reuniões abertas do Comitê. **O Conselho Consultivo buscava ocupar um espaço importante no fórum de discussão que interfere mais diretamente no desempenho da Renova.** O espaço foi cedido algumas vezes ao longo dos dois anos. Ainda assim, muitas vezes os representantes do CCO que lá estavam sentiram-se não ouvidos ou considerados, como será relatado nos capítulos seguintes.

Ao longo das reuniões, os projetos e programas da Fundação Renova eram apresentados ao Conselho Consultivo, que também realizava estudos e diagnósticos de como se encontravam os processos. **Ficavam claras algumas dificuldades da organização em responder a tudo e a todos com precisão e agilidade. O Conselho Consultivo passou, cada vez mais, a fazer indagações e sugestões de melhoria do trabalho, preocupando-se com alguns temas recorrentes: tratamentos diferentes dados a comunidades**

igualmente atingidas; dificuldades e atrasos no programa de indenizações; burocracias para realizar o cadastro de elegíveis a indenizações, o que gerava ondas de revolta popular; entre outros temas.

A constituição integral do Conselho Consultivo, com todas as suas cadeiras preenchidas por representantes de entidades, órgãos e comunidades interessadas, conforme exigia o TTAC, ainda demorava a acontecer. O CIF foi notificado a respeito, mas não se pronunciou. Até a 7ª reunião, vagas continuavam em aberto. Foi sugerido que o próprio Conselho entrasse em contato com áreas e entidades interessadas, para ajudar a compor o corpo de conselheiros.

Na 9ª reunião do Conselho Consultivo, foram enfim apresentados seus novos integrantes:

- Geraldo Gonçalves de Carvalho – representante da Comunidade de Mariana/MG, presidente da associação comercial e industrial da cidade, ACIAM
- Rogério Pena Siqueira – representante das comunidades atingidas, indicado pelo CIF
- Ubaldina Maria da Costa Isaac – representante do Comitê Interministerial para Recursos do Mar

Ao longo dos dois anos de atividade do Conselho

Relato feito na 5ª reunião (05/07/17). Página 14, Caderno 02.

Página 17, Caderno 02.

Consultivo, outros nomes vieram compor as cadeiras indicadas, em primeira nomeação ou em substituição a conselheiros que saíram (por motivos diversos):

- Hugo Stefano Carvalho Carneiro – representante da comunidade de Mariana/MG
- Humberto Savelli Batista Gomes – representante do CBH Doce
- Maria Auxiliadora de Fátima Costa e Souza – representante da comunidade de Rio Doce/MG
- Sônia Madali Boseja Carolino – representante do CBH Doce, indicada pelo CBH Piranga
- Tarcísio José Foeger – representante do Comitê Interministerial para Recursos do Mar

“Foi difícil andar nessa corda bamba. E como aprendemos ao tentar fazer isso.”

Já nos primeiros encontros e atividades, o Conselho Consultivo começou a enfrentar uma dificuldade: como construir sua própria identidade – dentro da Fundação Renova, diante dos diversos órgãos e instituições com quem lidava, diante das comunidades atingidas, diante da sociedade? Como se colocar, como se posicionar, como dialogar, como se fazer ouvir? Aos poucos, os conselheiros se reconheciam, compreendiam seu lugar ali, e construíam uma identidade conjunta. Mas era difícil mostrar essa identidade para todas as outras margens desse rio chamado Doce, mas que tantas vezes se mostrou amargo e de turbulenta navegação.



ILHAS

Viagens a campo

Ilhas são, por definição, pedaços de terra cercados de água por todos os lados. Fragmentos isolados, distantes das margens.

Às vezes, porém, não é água que cerca uma ilha - é algo mais, invisível de longe. Nessas vezes, é necessário deixar as margens, fazer a travessia, pisar na terra, para entender o que cerca e o que está cercado.

Em meados de 2017, os conselheiros sentiram que era chegada a hora de ir a campo, ver e ouvir de perto o que estava acontecendo nas comunidades atingidas, nos vilarejos e cidades que sofriam pela devastação, por falta de abastecimento, pela produção, comércio, turismo e vidas prejudicadas após o desastre. Eles sabiam que, no conforto do ar condicionado, não conseguiriam captar as reais demandas desses lugares, ter uma percepção mais ampla de todos os lados das várias questões que surgiam. Era necessário pisar lá, nas comunidades atingidas, ilhadas, cercadas pela lama que descia o rio Doce.

>>> Viagem a Mariana/MG (Bento Rodrigues, Barra Longa, Gesteira e Paracatu de Baixo) - Julho/2017

A primeira viagem, organizada pela equipe da Fundação Renova, aconteceu no dia 4 de julho de 2017. Os conselheiros visitaram os arredores da cidade de Mariana, atingidos pelo desastre: Bento Rodrigues, Barra Longa, Gesteira, Gualaxo do Norte e Paracatu de Baixo. A equipe da Renova guiou o grupo pelas localidades, mostrando as ações de recuperação e compensação que estavam em andamento ou já tinham sido executadas. O grupo de conselheiros contactou atingidos, prefeitos, lideranças sindicais, de cooperativas e diretores do CBH Piranga.

Os conselheiros relatam que a visita, principalmente aos escombros de Bento Rodrigues, emocionou muito a eles. “Senti um frio na barriga ao ver aquelas paredes grossas que ficavam de pé e agora estão destruídas,” conta Zé do Sabino (Élcio José Souza de Oliveira – representante da comunidade de Regência/ES).

Nessa primeira experiência, ficou claro para os conselheiros que era mesmo necessária uma imersão maior na realidade das comunidades. Para isso, demandaram que uma agenda de visitas e expedições fosse proposta pela Renova. Também sentiram que a instituição estava muito distante de organizações, lideranças e formadores de opinião, locais e regionais. Seria também preciso ir além de ações mais urgentes cobradas pelos atingidos, colocando em prática melhorias para as comunidades com uma visão de longo prazo.

>>> Viagem a Mariana , Rio Doce e Candonga/MG - Setembro/2017

Nos dias 4 e 5 de setembro de 2017, o Conselho Consultivo viajou novamente, para uma reunião em Mariana, onde pôde conversar com atingidos pelo desastre, representantes das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, e visitar obras em andamento na represa da usina hidrelétrica Risoleta Neves, em Candonga.

Relato feito
na 5ª reunião
(05/07/17). Página 14,
Caderno 02.

No diálogo com os atingidos, as manifestações eram de preocupação com a demora na reconstrução das vilas e residências e, conseqüentemente, com a demora da reconstrução das vidas, dos laços, das rotinas, das histórias que foram interrompidas.

“Um coral que se desmanchou, uma casa que era o local da convivência familiar, outra que era referência de fé religiosa e produção doméstica. Amizades entre jovens perderam o sentido por causa da distância, durante quase dois anos de amadurecimento recheado de novas experiências. Uma idosa que não se encontra mais com as amigas a caminho da missa. As pessoas já não são as mesmas – deixaram de sê-las no momento exato em que foram chamadas a fugir da lama. É difícil lidar com tais perdas, especialmente porque foram temperadas por sentimentos de abandono, revolta, medo. Ouvimos de um agricultor que, depois de muita luta, via sinais de reconstrução de sua casa: ‘vimos claramente que nos deixaram de lado, em segundo ou terceiro plano. O Ministério Público mandou cuidar primeiro do meio ambiente’. Foi uma das falas mais fortes.”

Relato de Cláudio Boechat – Coordenador do Conselho Consultivo

A população das comunidades atingidas não entendia. O que falta para efetivar a indenização? Por que as obras da reconstrução de Bento Rodrigues ainda não começaram? Por que é necessário esperar o cadastramento para devolver posses e objetos? E por que a demora em fazer o cadastramento? As perguntas sem resposta eram um claro demonstrativo da urgência em rever e aprimorar a comunicação da Diretoria e das equipes técnicas da Renova com as comunidades atingidas e com o Conselho Consultivo – que também não tinha essas respostas para oferecer durante as conversas.

Os conselheiros entenderam a necessidade premente de trabalhar a identidade dos povos da bacia do rio Doce, trabalhar as relações sociais entre eles. Uma alternativa seria dar voz direta às comunidades, sem tantos intermediários. Promover encontros entre comunidades, atores e autoridades.

Parecia, aos conselheiros, que os agentes gestores das soluções deixaram de enxergar um povo que vivia nas comunidades, para “garantirem” que todas as exigências legais fossem cumpridas, esquecendo a busca de uma resolução diante dessa perda de identidade, que se agravava ante o tempo que já havia passado e o que ainda era possível antever até que tudo se reestabelecesse .

Pontes

Os projetos de desenvolvimento socioeconômico – debatidos com o prefeito de Rio Doce/MG, durante a viagem – tinham urgência de acontecer. Empregos oferecidos aos trabalhadores locais, ao invés de levar trabalhadores de fora para as obras nos municípios atingidos; capacitação profissional também para atividades que surgirão após as obras, como o turismo e a manutenção das reservas naturais que estão previstas pela Renova; uma indústria de flocculantes a partir da mandioca, material demandado pelas obras em Candonga e que poderia ser vendido para mineradoras: estas foram apenas algumas ideias surgidas durante as visitas, escutas e diálogos para toda a área de atuação da Renova. As alegadas dificuldades práticas não deveriam se impor à vontade dos gestores e das comunidades, uma vez que muitos dos recursos estavam disponíveis, na capacidade de trabalho, na habilidade agrícola, na vontade empreendedora das pessoas. Algumas soluções dependem mais do processo decisório, da força de decidir. Outras dependem mais de conhecimento e recursos financeiros, muitas vezes indisponíveis, exigindo capacidade de articulação para a tomada de decisão coletiva e uma divisão de riscos realista.

O relato da viagem
consta na página 57,
Caderno 02.

>>> Viagem a Mariana/MG - Janeiro/2018

A iniciativa e a agenda da viagem a Mariana, entre os dias 4 e 6 de janeiro de 2018, foram dos próprios conselheiros, que buscavam um contato menos intermediado com as comunidades de atingidos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira.

Pontes

Entre os objetivos dos conselheiros, quando decidiram organizar a viagem por conta própria, estava adquirir uma sensibilidade mais independente junto às partes interessadas locais, a respeito da presença e da atuação da Fundação Renova, especialmente no andamento dos projetos de reassentamento e de drenagem em Candonga. Outro objetivo da viagem era entender a viabilidade de um dos projetos propostos pelo Conselho Consultivo: o de flocculantes à base de mandioca. Nesta fase de atuação do CCO, muitos projetos e ideias já tinham sido lançados, buscando desde a solução de problemas crônicos na atuação da Fundação Renova, até ideias inovadoras para dinamizar e tornar mais sustentáveis as economias locais. O projeto dos flocculantes foi um desses – e será mais bem explorado no próximo capítulo.

Os conselheiros puderam visitar as maquetes da nova comunidade de Bento Rodrigues, a ser construída, assim como a região atingida, onde ficava a comunidade, e a área adquirida para a construção.

Em conversa com o prefeito de Mariana, o grupo constatou mais uma vez que os problemas de relacionamento entre a Fundação Renova e as comunidades e cidades atingidas eram bastante profundos. Muito se dizia e se pensava sobre a Renova entre essas populações – que está muito comprometida com as mantenedoras e pouco com as comunidades, que contrata gente demais, mas não trabalhadores locais para as obras etc –, sem receberem os devidos esclarecimentos sobre o que é real e o que é percepção popular.

A má impressão sobre as ações da Fundação Renova se estendia também por cooperativas, sindicatos e indústrias produtoras instaladas na região. Os relatos, nesses ambientes, falavam de caos na recuperação emergencial, de pequenos produtores atingidos abandonados à própria sorte, de falta de preparo das equipes que lidaram com os atingidos, entre diversas outras reclamações. A maior parte dessas pessoas, e as empresas e instituições que elas representavam, deveria ser considerada estratégica pela Fundação Re-

nova, com investimentos em bons relacionamentos.

Em uma reunião com o representante do CBH Piranga, ficou ainda mais clara a importância dos Comitês de Bacias Hidrográficas na restauração do rio Doce. Mas ainda havia pouca vontade do poder público, especialmente estadual, em promover a valorização dos CBH e o intercâmbio entre eles e instituições como a Renova.

Em Soberbo, os conselheiros visitaram uma comunidade reassentada, por ocasião da construção da UHE de Candonga, para conhecer melhor a sua realidade. A impressão causada pela infraestrutura foi ótima, com casas e equipamentos públicos de boa qualidade. No entanto, contrastava com a impressão de ter se constituído uma comunidade com pouca energia criativa e pouco empreendedora. Transpareciam conflitos e mesmo uma certa acomodação com a renda oriunda dos programas de indenização e desenvolvimento local .

>>> **Reunião do Conselho em Governador Valadares/MG - Fevereiro e Março/2018**

As reuniões do Conselho Consultivo nos dias 28 de fevereiro e 1º de março de 2018 foram realizadas em Governador Valadares. Além dos conselheiros e dos

Atas resumidas das 12ª e 13ª reuniões, nas páginas 23 e 24, Caderno 02.

representantes usuais da Fundação Renova, estavam presentes também o presidente do CIF, Marcelo Belisário, o coordenador do Comitê Técnico da Renova, José Carlos Carvalho, e a presidente do CBH Doce, Luciane Martins. No dia 28, esta fez uma apresentação sobre a estrutura, o funcionamento e os principais programas

desenvolvidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce – assunto do interesse do Conselho Consultivo, que enxergava de forma cada vez mais positiva uma aproximação entre os projetos da Renova e dos comitês de bacia.

Pontes

Os conselheiros escolheram fazer o trajeto até Governador Valadares a bordo do trem da Vale, o que lhes deu a oportunidade de seguir um trecho do leito do rio Doce, a partir de Ipatinga, ver as transformações na calha – que resultaram das mudanças no volume de água após o rompimento da barragem; e, depois, dos projetos de recuperação que já foram empreendidos – e também de conversar com os companheiros de viagem: presidente do CIF e coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova. Esse contato, uma “reunião sobre trilhos”, como chamaram os conselheiros, foi muito importante para estabelecer uma maior ligação entre as instâncias e compartilhar a percepção do valor estratégico de um trabalho integrado.

“A presença do José Carlos Carvalho, coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova, na viagem foi importante para que se construísse uma ponte entre o Conselho e o Comitê. O José Carlos passou a participar de todas as reuniões do Conselho, com considerações muito relevantes para o nosso trabalho.”

Na ocasião, houve um primeiro contato com uma pauta que se mostraria bastante polêmica nos meses seguintes: a adutora de Valadares. O projeto de captação alternativa de água para a cidade de Governador Valadares gerou diversos questionamentos e uma forte oposição do Conselho Consultivo, que tinha argumentos para comprovar que a obra era, técnica e economicamente, não recomendável e, possivelmente, inviável – assunto que será melhor explorado mais adiante neste documento.

Afora as reuniões, o Conselho Consultivo também esteve em contato direto com representantes de comunidades atingidas, em uma grande roda de conversa. Algumas de suas falas ficaram registradas:

“No início, logo após o rompimento da barragem, a Samarco estava tentando resolver, de imediato, as questões dos ribeirinhos, mas cometeu muitos erros. Entre eles, a distribuição de cartões a quem não fazia jus. Com a criação da Renova, houve um brutal distanciamento das pessoas encarregadas de continuar o processo. A cabeça ficou muito grande e longe do rabo, que são as pessoas responsáveis pelo contato com os atingidos.”

AREEIRO DE BAGUARI/MG

“Após o rompimento da barragem, a empresa PRAXIS distribuiu cartões sem critério algum. Depois

chegou a RENOVA e cometeu os mesmos erros.”

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
DE CACHOEIRA ESCURA/MG**

“Estamos sentindo um empobrecimento gradativo após o rompimento, devido às consequências para o nosso rebanho: falta de água boa e capim, problemas com a saúde dos animais, vacas abortando, entre outros. Eu era participante do Programa Balde Cheio, da FAEMG. Hoje não participo mais pois estou totalmente inativa, precisando vender animais a preço baixo para saldar compromissos. A RENOVA faz o pagamento de preços altíssimos para empresas construírem cercas, enquanto o próprio produtor poderia fazer por um quinto do preço, mas não tem nota fiscal.”

PRODUTORA RURAL DE CONSELHEIRO PENA/MG

“Temos problemas sérios com a questão da irrigação que está suspensa. Há inúmeros problemas com a distribuição dos cartões. Produtores dos assentamentos não estão conseguindo mais vender seus produtos. Estou em busca de informações sobre a qualidade da água do rio Doce e não consigo. Não haverá recuperação do rio Doce se não houver recuperação dos córregos que mandam água para ele.”

**ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO
DE TUMIRITINGA/MG**

As informações de que haviam distorções nos cadastros – aproveitadores com indenizações indevidas enquanto produtores rurais atingidos ficavam desassistidos – eram recorrentes, estavam presentes em todas as conversas com os atingidos durante as viagens às diversas regiões da bacia do rio Doce.

Também se mostrava preocupante a descrença generalizada das populações sobre a qualidade da água do rio Doce e a recusa em utilizá-la. Fazia-se necessário um robusto plano de trabalho e de comunicação, que envolvesse a Renova, o poder público e os sistemas municipais de tratamento de água e esgoto, com dados sobre a água do rio Doce, sua qualidade e segurança para o consumo, especialmente em cidades e comunidades que dependem somente dele para a sua sobrevivência.

O diálogo mostrou aos conselheiros que as questões do médio rio Doce e dos pequenos produtores rurais não haviam sido ainda trazidas adequadamente ao seu âmbito de preocupações. Um aprendizado foi que a diversidade ideal da composição do Conselho

deveria levar em conta não somente a origem geográfica dos conselheiros, mas também sua representatividade frente aos diferentes impactos e naturezas de atividades dos impactados.

> > **Viagem a Areal, Entre Rios e Linhares/ES - Junho/2018**

Na visita às comunidades atingidas próximas à foz do rio Doce, os conselheiros verificaram, em contato com a população, que havia demandas e problemas graves com o abastecimento de água das cidades desde o rompimento da barragem (que já completava dois anos e meio), que ainda não tinham sido solucionados pela Renova. Os relatos dos moradores ainda revelavam mais problemas na região: estradas estragadas e interditadas; falta de reconhecimento dos impactos nas cadeias produtivas das mulheres dos pescadores pela atividade que exerciam como marisqueiras, ou das mulheres dos produtores rurais; as enchentes anuais de várzea, que desde o ocorrido vinham com muita lama, prejudicando as plantações; saneamento básico inexistente; falta de opções de

O relatório de demandas dos atingidos, gerado nesta viagem, encontra-se na página 70, Caderno 02.

lazer para crianças e adolescentes (algumas comunidades receberam projetos para esse fim e outras não); entre muitos outros.

As queixas relativas à falta de trabalho e emprego eram recorrentes. Alguns viviam da pesca, mas não podiam mais contar com as águas do rio e das lagoas, agora lamacentas; outros viviam das próprias

lavouras e criação de animais, que ficaram prejudicadas pelo desabastecimento ou pela lama que subia com as enchentes. Ainda havia aqueles que eram trabalhadores nas lavouras de cacau, cujos empregos foram desaparecendo aos poucos. Os relatos falavam de comunidades abandonadas, com o êxodo para regiões com mais oferta de empregos e famílias se desestruturando pela falta de oportunidades.

Pontes

O Conselho estabeleceu uma metodologia para as visitas de campo. Os contatos com os atingidos durante as visitas a campo geraram relatórios das demandas feitas ao Conselho Consultivo. Levadas à Renova, deveriam ser tratadas e uma nova visita seria marcada para fazer as devolutivas, que deveriam ser de três naturezas: demandas atendidas, demandas recusadas e demandas que geraram recomendações formais do Conselho Consultivo. A nova agenda nas comunidades visitadas para levar os retornos deveria ocorrer em aproximadamente dois meses.

Mas as respostas levadas eram efetivas para a população? As promessas e soluções eram levadas adiante até a sua conclusão? O CCO percebeu que tinha que agir mais para cobrar soluções definitivas da Renova e de outras entidades da governança do sistema.

Relatórios de demandas dos atingidos a partir da página 60, Caderno 02.

Relatório de demandas dos atingidos disponível na página 76, Caderno 02.

>>> **Viagem a Mariana e Barra Longa/MG - Agosto/2018**

Em agosto de 2018, a viagem do Conselho Consultivo a Mariana e Barra Longa passou por momentos críticos, que evidenciaram o relacionamento frágil e problemático que a Fundação Renova mantinha com essas comunidades.

Logo antes da reunião de escuta da comunidade de Barra Longa, os conselheiros foram orientados a cancelar o evento – o clima estava tenso na cidade, e a população se recusava a ter novas reuniões com a Renova antes que o próprio presidente fosse lá. Diziam que queriam conversar com quem decidia. Os conselheiros tentaram então um contato com o prefeito da cidade, porém foram avisados que seriam recebidos por um secretário. Parte do movimento de recusa da reunião entre a população e o Conselho Consultivo partia do Gerente de Território da Fundação Renova, que temia que acontecesse aos conselheiros o mesmo que havia ocorrido uma semana antes, quando ele próprio foi retido em uma sala, para pressionar a instituição a atender às demandas.

Os conselheiros se mantiveram firmes em seu propósito de visitar a cidade. Tinham ido até lá para ouvir a comunidade e não sairiam dali sem o encontro planejado. Lá chegando, os conselheiros formaram dois grupos: um foi para a reunião na prefeitura e o outro para o encontro com atingidos.

A reunião com atingidos iniciou com clima tenso e muitas falas de representantes do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB. O tom das manifestações era agressivo e tendia a desestabilizar o ambiente de diálogo. Sem entender a natureza do Conselho Consultivo, uma pessoa questionou: “para quem vocês trabalham?” Explicou-se a natureza imparcial e representativa do Conselho Consultivo, o trabalho voluntário que estavam fazendo ali, que eram, antes de tudo, cidadãos e representantes das comunidades e da sociedade. Zé do Sabino, pescador, conselheiro e representante da comunidade de Regência, assumiu o compromisso de levar o presidente da Renova pessoalmente até a cidade para responder às questões levantadas.

O CASO DO CHAPÉU DO ZÉ DO SABINO

A discussão pegava fogo na reunião entre os moradores de Barra Longa, atingidos pelo desastre, e os conselheiros. A comunidade exigia a presença e a resposta da Fundação Renova de forma mais concreta, queriam o presidente em pessoa para dar garantias de que suas demandas seriam finalmente atendidas.

Os conselheiros procuravam o diálogo e a sensatez na reunião. Mas os atingidos e os movimentos sociais que estavam presentes na reunião pediam mais compromisso. Foi quando Zé do Sabino tirou o seu chapéu, colocou em cima da mesa, e disse que ia deixá-lo ali enquanto não trouxesse pessoalmente o presidente Roberto Waack para conversar com a comunidade.

Era um objeto pessoal estimado pelo Zé, que tinha o chapéu constantemente na cabeça, como peça indispensável do seu estilo de ser. Deixar o chapéu ali, naquele momento, foi como oferecer o “fio do bigode” de garantia, como se dizia antigamente. Era o seu comprometimento pessoal de que alguma coisa seria feita.

Com esse gesto, Zé do Sabino representava todo o Conselho Consultivo. Eram todos os conselheiros que se dispunham, durante todo esse tempo, a doar algo de pessoal para as populações atingidas: seu tempo, seu trabalho, seu conhecimento, sua palavra, suas tentativas de fazer acontecer.

Muitos eram os anseios e as demandas daquela população. Alegavam que casas estavam com problemas estruturais, não causados pelo rompimento da barragem em si, mas pela trepidação do trânsito de caminhões pesados das obras de restauração.

A empresa de perícia contratada pela Renova não dava a devida segurança para os moradores. Com a aproximação do período de chuvas, os moradores estavam preocupados com a sua moradia e segurança física.

Pontes

Na tentativa de solucionar ao menos parte das demandas, o Conselho Consultivo emitiu uma recomendação à Diretoria no sentido de que as famílias fossem retiradas das 30 casas em risco em Barra Longa e recebessem nova moradia, independentemente da comprovação da relação causal com o desastre da barragem. Foi solicitado também que o presidente Roberto Waack comparecesse a Barra Longa para conversar com a comunidade. Na reunião posterior do Conselho, Roberto Waack respondeu afirmando sua intenção de estar na comunidade, mas ponderou que, se o objetivo desse encontro fosse fomentar a violência e a agressividade, quem perderia é a comunidade. Reiterou que o objetivo da Fundação Renova é atender a quem realmente precisa, quem realmente foi atingido. Foi, enfim, realizada pela Fundação Renova, a retirada das 30 famílias da área de risco de Barra Longa mesmo antes da análise do nexos causal com as obras de restauração.

Mas o chapéu do Sabino ainda não foi resgatado.

Relato feito na 19ª
reunião (24/08/18).
Página 41, Caderno 02.

Mais viagens realizadas pelos membros do Conselho Consultivo

>>> **Visita do presidente da BHP Billiton a Mariana:** alguns conselheiros se reuniram em um almoço com executivos globais da mineradora na cidade de Mariana, o que teve boa repercussão, apesar da falta de representatividade da comunidade de atingidos da própria região. Foi sugerido que o Conselho seja sempre convidado para esse tipo de encontro.

>>> **Reuniões e seminários do CIF (Brasília, Governador Valadares, Vitória, Belo Horizonte):** a participação do Conselho Consultivo em reuniões do Comitê Interfederativo era determinante para que o Conselho retornasse às suas próprias reuniões com mais informações e resoluções, e tivesse alguma chance de influenciar as decisões naquela instância. Na primeira participação em uma reunião, ocorrida em Brasília, foi apresentada uma listagem de pescadores que possuíam documentação e que, portanto,

seriam indenizados. No entanto, uma parcela muito grande de pescadores atingidos não estava presente nessa lista por não ter documentação. Esse foi o marco inicial da movimentação que gerou a Política do Pescador de Fato, que será explicada mais adiante.

“No início da reunião, disseram: ‘finalmente o Conselho Consultivo está aqui’. Ficamos ofendidos porque nós nunca tivemos aquele espaço antes. Era como se não quiséssemos participar sendo que nunca tinha sido dada a oportunidade.”

Em janeiro de 2018, foi designado um novo presidente para o CIF, com dedicação exclusiva ao órgão. Isso melhorou a dinâmica de relacionamento entre as instâncias, dando mais oportunidades ao CCO de enviar pautas e pedir a participação de representantes nas reuniões.

>>> Reuniões nas diversas localidades para apresentação dos projetos da Fundação Renova:

conselheiros, em especial os representantes das comunidades atingidas, foram convidados para conhecer os projetos de cultura, turismo e desenvolvimento local.

>>> Visita ao jardim zoológico de Belo Horizonte:

os conselheiros foram conhecer o aquário do rio São Francisco, localizado dentro do zoológico de Belo Horizonte, como inspiração para a proposta de um projeto similar, de um criadouro e aquário de espécies nativas do rio Doce, abertos para visitaçãõ.

>>> Encontro com os indígenas Krenak:

a viagem idealizada para conhecer as demandas e realidade de vida dos índios Krenak, também atingidos pelo desastre, não pôde acontecer, apesar das tentativas de diálogo com a FUNAI (órgão que organizaria o encontro). Os conselheiros foram informados na véspera de uma visita programada de que ela não seria realizada, sem maiores explicações ou possibilidade de remarcação da agenda.

CASCATAS E CACHOEIRAS

Proposição de ideias e soluções

O rio sempre desce ao mar. É da sua natureza. Nessa eterna descida, ele tem seus momentos de plano e placidez, correndo suave nas inclinações do terreno. E tem seus momentos de queda abrupta, em que se despenca do alto, jogando as águas com força na terra abaixo. Há quem acredite que a boa energia das águas se concentra ali, nas suas cascatas e cachoeiras. De todas as feições de um rio, essa é uma das mais admiradas.

Desde o princípio dos seus trabalhos, os conselheiros entenderam a necessidade de construir as tais pontes entre as diversas margens do rio Doce. Muitas vezes, os projetos de pontes surgiram como ideias e soluções que apareciam durante um debate em reunião, ou enquanto conheciam a realidade e as demandas das comunidades durante as viagens aos locais atingidos. Os conselheiros utilizavam seus conhecimentos técnicos e experiências profissionais, ou vivências pessoais, para propor soluções inovadoras, muitas vezes mais sustentáveis, para a reconstrução do que se perdeu, de um modo ainda melhor do que existia antes.

As primeiras reuniões do Conselho sempre traziam sugestões de projetos e recomendações feitas com base em demandas vindas das comunidades atingidas, especialmente trazidas, nos primeiros momentos, pelos conselheiros representantes dessas comunidades. Já na terceira reunião, os conselheiros que moram na foz do rio Doce apresentaram um documento que poderia ser utilizado pelo Conselho Consultivo para interagir melhor com o Conselho Curador e com a Diretoria da Fundação Renova, que seria um ofício denominado “instrumento recomendatório”. Na ocasião, um dos conselheiros apresentou as recomendações contidas nesse primeiro documento, referentes a demandas das comunidades de Regên-

cia e Povoação, no município de Linhares, ES. Os demais conselheiros julgaram o conteúdo urgente, solicitando imediato encaminhamento ao Conselho Curador e à Diretoria da Renova. Ficou a sugestão de que todos os conselheiros fizessem documentos com recomendações das instituições ou comunidades que representam.

REASSENTAMENTO DE BENTO RODRIGUES

Reconstruir a comunidade de Bento Rodrigues, totalmente destruída após o rompimento da barragem, proporcionando aos seus moradores um retorno (na medida do possível) às suas origens e à vida que levavam antes do desastre, deveria ser uma das prioridades da Fundação Renova. O Conselho Consultivo quis participar dessa construção, desenvolvendo ideias e soluções para uma nova Bento Rodrigues, mais sustentável e com uso de tecnologias alternativas, modernas e de ponta, que resgatassem e promovessem a vida em comunidade, os empreendimentos anteriores e os novos, que poderiam dar gás na vida econômica da região. Assim, surgiram ideias para:

- Construção de eco-fogões, baseados em um modelo utilizado pela ONU em diversas regiões do mundo;
- Utilização dos rejeitos da barragem para criação de estruturas como pavimentação de estradas vicinais,

ruas e calçadas;

- Geração de energia por meios alternativos, como energia solar e resíduos sólidos urbanos;
- Wi-fi livre na cidade para estimular acesso às tecnologias digitais;
- Reaproveitamento de água da chuva;
- Reciclagem de resíduos sólidos urbanos.

O Conselho também manifestou, diversas vezes, que os projetos de reassentamento deveriam ser apresentados e comunicados de forma muito aberta para a população, especialmente a mais envolvida: a própria comunidade que perdeu suas casas, para evitar o risco de confusão e mídias negativas. Muitas vezes foi debatido o processo extremamente burocrático e ineficiente para a aprovação da reconstrução de Bento Rodrigues, gerando um atraso inaceitável para essa população, que resultaria em perda da identidade e rompimento do tecido social, uma situação grave para um povo que já tinha sofrido tantas perdas.

O Conselho solicitou que fosse mais envolvido nos planos de reassentamento, para que pudesse utilizar a expertise em sustentabilidade dos profissionais que ali estavam.

FLOCULANTES À BASE DE MANDIOCA

O Conselho apresentou uma solução inovadora que poderia promover o desenvolvimento socioeconômico local; criar alternativas de geração de trabalho e diversificação de renda para os pequenos proprietários, especialmente da região de Candonga e nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, MG; ocupar áreas ociosas nas propriedades com uma cultura de baixa demanda tecnológica; e ainda representar uma solução para tratar da poluição na água causada pelos rejeitos da mineração. Trata-se do floculante à base de mandioca, um produto feito com uma matéria prima de fácil produção na região e alta demanda pelas mineradoras, utilizado para a decantação de rejeitos em suspensão na água, viabilizando sua captação para a posterior destinação final.

Na resposta oficial que a Fundação Renova deu à proposta, foi dito que o projeto poderia fazer parte do programa de economia e inovação, que estava, à época, em reestruturação. O projeto dos floculantes só seria aceito e realizado após a definição do pro-

Projeto discutido na 9ª
reunião (17/11/17).
Página 20, Caderno 02.

Presente na ata da 16ª
reunião (16/05/18).
Página 32, Caderno 02.

grama junto ao CIF. Algum tempo depois, em uma reunião do Conselho, Roberto Waack argumentou que a estrutura da Renova não tinha capacidade de absorver esse projeto, não somente por causa dos custos elevados, como também pela sua capacidade operacional já amplamente ocupada com as responsabilidades atribuídas pelos 42 programas de restauração. Ainda foi aberta uma possibilidade de parceria com a Fundação Banco do Brasil, que poderia fazer a gestão do projeto. Mesmo assim, o projeto não foi viabilizado – não por falta de esforço do Conselho Consultivo para trazer soluções e respostas inovadoras, e sim por falta de dar prioridade para colocar em prática algumas de suas propostas.

GERENTES DE TERRITÓRIO

A ideia de criação de Gerentes de Território foi inspirada na prática adotada pelas empresas de base florestal, que tem suas operações espalhadas por grande número de municípios. Elas agregam as propriedades por grupos de municípios, constituindo as Gerências Operacionais Regionais. Em Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas – IEF e a Empresa de Assistência Técnica Rural – EMATER, também utilizam este modelo.

Dentro desse modelo, o Gerente Regional é a autoridade máxima em um determinado território. Nele se concentram a representação e todas as relações com o poder público, lideranças, sindicatos, ONGs, prestadores de serviço etc, assim como todo o processo de comunicação, articulação, gerenciamento e negociações. Isto confere a ele e, conseqüentemente, à direção da organização, o controle dos eventos no território.

A partir do conhecimento sobre essa consolidada e bem sucedida experiência em empresas e instituições de todo o Brasil, vivenciada por alguns conselheiros, foi sugerida à Diretoria da Fundação Renova a adoção do modelo, tendo em vista os inúmeros problemas de relacionamento com as instituições locais e com as comunidades, além da dificuldade na gestão dos diferentes processos relacionados à restauração social, econômica e ambiental. Em todos os territórios foram constatados problemas devido ao grande número de pessoas trabalhando sem uma coordenação local, e se reportando, diretamente, aos gestores em Belo Horizonte.

A ideia nasceu em uma viagem do conselheiro José Geraldo Rivelli a Linhares/ES, para participar do En-

contro de Integração dos Comitês da Bacia do Rio Doce (evento extra Fundação Renova). Aproveitando que estava perto de locais atingidos na foz do rio Doce, Rivelli solicitou a organização de uma visita a duas comunidades, Povoação e Regência Augusta. Nesta ocasião, ele percebeu alguns inconvenientes na programação e que não tinha a quem recorrer para corrigi-los. Também percebeu, no contato com as comunidades, que havia conflitos nas ações de reparação, por divergência ou falta de comunicação entre as equipes da Renova. Ficou claro que não havia uma coordenação e representação desempenhada por um líder na região. Várias equipes se alternavam nas frentes de atendimento aos atingidos, de forma desarticulada, gerando desgastes para a Fundação.

Em visitas aos demais territórios, os conselheiros constataram o mesmo fato. Ouviram de prefeitos, lideranças e dos próprios atingidos que a Fundação não tinha um representante e que isso seria “uma tática para enganar as pessoas e protelar ações.” O Gerente de Território nasceu para ser “a cara da Fundação” em cada território, trazendo identidade à instituição.

Lamentavelmente, parece que houve falhas na implantação do modelo, e o Gerente de Território, na maioria dos casos, virou apenas mais um na multidão.

RECOMENDAÇÕES

Apesar da sugestão do “Instrumento Recomendatório” ter sido dada ainda na terceira reunião, durante os primeiros meses do Conselho Consultivo as ideias, soluções e recomendações eram discutidas em reuniões e ficavam registradas apenas em ata. Foi somente entre a sétima e a oitava reuniões que o Conselho Consultivo passou a adotar a atribuição regimental de criar documentos de Recomendações que continham essas propostas, endereçadas à Diretoria da Fundação Renova, ao Conselho Curador ou ao CIF (ou outro órgão competente, de acordo com o assunto da Recomendação).

A seguir, uma lista das Recomendações emitidas nos anos de 2017 e 2018. Na sequência, um resumo das principais ideias e assuntos abordados nas Recomendações. A íntegra dos documentos está no Caderno 02.

.....
A partir da página 17,
Caderno 02.

.....
A partir da página 88,
Caderno 02.

RECOMENDAÇÕES 2017 E 2018

- * Recomendação 001/2017 – Participação nas reuniões do CIF
- * Recomendação 002/2017 – Avaliação de melhorias no âmbito da execução do PIM
- * Recomendação 003/2017 – Cronogramas de projetos anunciados nas comunidades
- * Recomendação 004/2017 – Divulgação dos valores dos vencedores em processos de licitação
- * Recomendação 005/2017 – Para as ações de restauração priorizar a contratação de empresas e pessoas locais
- * Recomendação 006/2017 – Mudança de procedimentos de pagamento de indenizações a atingidos que alegam mais de uma razão para indenização
- * Recomendação 007/2017 – Criação de centros de reprodução de peixes
- * Recomendação 008/2017 – Prevenção de invasões e favelização das comunidades após seu reassentamento
- * Recomendação 009/2017 – Prazo de pagamento do PIM
- * Recomendação 010/2017 – Comunicação de projetos e indenizações às comunidades da foz
- * Recomendação 011/2017 – Presença dos conselheiros da foz em eventos locais
- * Recomendação 012/2017 – Cultura de cacau nas ilhas e comunidades ribeirinhas
- * Recomendação 013/2017 – Divulgação da qualidade da água na foz
- * Recomendação 014/2017 – Conselheiros consultivos suplentes
- * Recomendação 015/2017 – Suspeita de privilégios para pescadores assistidos por advogados, no PIM
- * Recomendação 016/2017 – Indenização e adiantamento urgente aos comerciantes de Povoação
- * Recomendação 017/2017 – Conselho ou Comitê Local em Povoação
- * Recomendação 018/2017 – Gestão do Conhecimento
- * Recomendação 019/2017 – Atividades de pesquisa e disponibilização de dados para pesquisa
- * Recomendação 001/2018 – Licenciamento ambiental dos reassentamentos
- * Recomendação 002/2018 – Capacitação associada ao Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos

- * Recomendação 003/2018 – PG32 - Fontes hídricas alternativas, em especial à adutora de Governador Valadares
- * Recomendação 004/2018 – Descrença das populações com relação à qualidade da água do rio Doce e a recusa de utilizá-la
- * Recomendação 005/2018 – Capacitação de novos Gerentes de Território
- * Recomendação 006/2018 – Pauta do Conselho Consultivo nas reuniões do CIF
- * Recomendação 007/2018 – Pacto de compromissos comuns - Legado e visão estratégica
- * Recomendação 008/2018 – Restauração dos rios tributários a montante das captações alternativas e nas cabeceiras da calha do rio Doce
- * Recomendação 009/2018 – Relacionamento com produtores rurais
- * Recomendação 010/2018 – Distorções dos pagamentos do PIM
- * Recomendação 011/2018 – Reconhecimento de ilheiros como atingidos
- * Recomendação 012/2018 – Uso de barraginhas para retenção de água nas propriedades
- * Recomendação 013/2018 – Alto nível de exigência de documentos comprobatórios
- * Recomendação 014/2018 – Participação do Conselho Consultivo, Gerentes de Território e Comitês de Bacia no plano de comunicação do Projeto de Manejo de Rejeitos
- * Recomendação 015/2018 – Criação de comissão para avaliação da Política de Indenização de Pesca
- * Recomendação 016/2018 – Criar um grupo de diálogo com os atingidos identificados que receberam pagamentos duplicados
- * Recomendação 017/2018 – Reconhecimento comunitário para validação de cadastros
- * Recomendação 018/2018 – Apresentação dos dados da qualidade da água e do pescado
- * Recomendação 019/2018 – Disponibilização de equipamentos para aprimorar o trabalho do Conselho Consultivo
- * Recomendação 020/2018 – Comunicação da retomada da atividade pesqueira
- * Recomendação 021/2018 – Priorização da região da Foz no programa de Turismo
- * Recomendação 022/2018 – Qualidade da água tratada pelos sistemas de abastecimento
- * Recomendação 023/2018 – Qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores e pecuaristas
- * Recomendação 024/2018 – Política para atendimento aos produtores rurais

- * Recomendação 025/2018 – Participação da comunidade no planejamento do programa de proteção social
- * Recomendação 026/2018 – Esclarecimento às comunidades pesqueiras sobre o Seguro Defeso
- * Recomendação 027/2018 – Criação de um grupo de estudo com intuito de buscar alternativa para situação fundiária de Entre Rios
- * Recomendação 028/2018 – Abastecimento de água definitivo para comunidade de Entre Rios
- * Recomendação 029/2018 – Risco de sobrepesca
- * Recomendação 030/2018 – Pagamento de Lucro Cessante
- * Recomendação 031/2018 – Abastecimento de água na Foz
- * Recomendação 032/2018 – Criação de um laboratório macrorregional especializado
- * Recomendação 033/2018 – Abastecimento de água na Foz_v2
- * Recomendação 034/2018 – Aplicativo para divulgação dos dados de qualidade de água do rio Doce

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Uma tragédia de grandiosas proporções, como o rompimento da barragem de Fundão, jamais poderia ter acontecido. Mas aconteceu e não há como voltar no tempo. Para que o desastre não seja em vão, pode-se utilizá-lo como aprendizado e fonte de conhecimento aprofundado sobre todos os assuntos que envolvem as causas e consequências do rompimento, tanto para evitar novos desastres, quanto para reparar possíveis situações que venham a acontecer, em Minas Gerais, no Brasil, ou em qualquer lugar do mundo.

PROFETAS DO CCO

Sempre que o assunto era discutido, ao longo dos dois anos, havia uma tensão no ar. E se acontecesse de novo? Seria possível? Zé do Sabino dizia que “parece até que estamos nos preparando para um novo desastre.”

O que ninguém imaginava é que aconteceria tão rápido, tão próximo e com tamanha proporção. Em 25 de janeiro de 2019, apenas três anos e três meses depois do desastre de Fundão, em Mariana, a barragem do Córrego do Feijão, localizada no município de Brumadinho, MG, controlada pela Mineradora Vale, se rompeu. Cerca de 250 pessoas⁸ foram mortas pelo soterramento na lama.

⁸ Até o momento em que esse relatório foi finalizado, havia 242 mortes confirmadas e 28 pessoas ainda estavam desaparecidas. Informações do dia 27/05/19.

Recomendação
018/2017.
Disponível
na página 106,
Caderno 02.

O Conselho Consultivo recomendou à Diretoria da Renova que se desenvolvesse um projeto de Gestão do Conhecimento que pudesse preservar e proliferar todo o conhecimento pioneiro e inédito acerca dos meios físico, biológico, social e econômico da bacia do rio Doce, que vem sendo utilizado nos programas de restauração, na gestão e na governança da Fundação Renova.

A dimensão e a gravidade dos acontecimentos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão abrem espaços inéditos para a pesquisa e geração de conhecimento, inovações e soluções que podem ser úteis em diversas situações, em qualquer lugar do mundo. No entanto, esse conhecimento pode se perder se não for devidamente gestado.

Se feita de forma participativa, a gestão do conhecimento apresenta formas efetivas de desenvolvimento e geração de riqueza a partir da mobilização das comunidades acadêmicas envolvidas, com potencialização da importância das entidades acadêmicas de Minas Gerais e do Espírito Santo, que podem se tornar referência nacional e internacional nos temas mais caros à prevenção e recuperação de grandes desastres ambientais. O envolvimento de pesquisadores e estudantes de tais entidades em atividades de

pesquisa significaria grande estímulo a seus processos educacional e profissional.

Na sequência a esta recomendação, foi feito mais um documento, sugerindo que os diversos dados de pesquisa levantados pela Fundação Renova sejam disponibilizados, de forma plena, para utilização pelas instituições de ensino, em especial os dados do monitoramento quali-quantitativo da água. Havia relatos de estudantes que estão desenvolvendo dissertações e teses a respeito da qualidade da água do rio Doce, que precisariam utilizar os dados que estão sendo coletados pela Renova. No entanto, a Renova se dizia impedida de disponibilizar por decisão do CIF e por recomendação da Câmara Técnica de Qualidade da Água, para quem tal responsabilidade é da Agência Nacional de Águas – ANA.

Existe enorme potencial de geração de conhecimento com a utilização desses dados, que não representariam custo adicional para a Fundação Renova, mas sim a otimização dos recursos financeiros que estão sendo enviados para reparação e compensação dos impactos socioambientais, conforme o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.

Em resposta à Recomendação 018/2017, referente à

Recomendação
019/2017.
Disponível
na página 108,
Caderno 02.

Resposta
à Recomendação
018/2017.
Disponível na
página 107, Caderno 02.

criação de um projeto de Gestão do Conhecimento, a Fundação Renova disse ter iniciado a criação de um grupo de trabalho composto por técnicos da Fundação Renova e representantes do Conselho Consultivo associados à academia. Segundo o texto da resposta, “coube a este grupo traçar o formato e as diretrizes básicas da Política de Gestão do Conhecimento. (...) A intenção é de que os fundamentos desta ação e documento sejam discutidos com as partes interessadas, por meio de workshop ou modelo semelhante, e que a Fundação protagonize um papel de facilitadora de uma rede de gestão do conhecimento na bacia do rio Doce, conectando iniciativas e instituições, de forma a agregar esforços às mobilizações e otimizar todas as formas de recursos envolvidos.”

Na 15ª reunião do Conselho Consultivo, ocorrida em abril de 2018, sete meses depois da recomendação ter sido feita, ainda estava em pauta a discussão sobre o projeto de Gestão do Conhecimento. Haveria uma reunião com a Diretoria da Fundação Renova no mês de maio para tratar do tema. Era estudada a possibilidade de capacitação de todos os conselheiros. A recomendação continua sem desdobramentos.

Página 52, Caderno 02.

CENTRO DE REPRODUÇÃO DE PEIXES DO RIO DOCE

O Conselho Consultivo desenvolveu uma proposta de criação de Centros de Reprodução de Peixes do Rio Doce, inspirados no centro de estudos da ictiofauna do rio São Francisco – Aquário da Bacia do Rio São Francisco, localizado no Jardim Zoológico de Belo Horizonte.

Os dois centros sugeridos estariam localizados em Mariana/MG, com ênfase na fauna de água doce, e em alguma localidade da foz do rio Doce, para estudos da fauna marinha do estuário.

Os centros de reprodução de peixes incorporariam laboratórios, instalações de reprodução e produção de alevinos e aquários abertos ao público para visitação. Tudo isso estimularia:

- a reprodução de peixes nativos da bacia do rio Doce;
- a produção de alevinos para repovoamento;
- a pesquisa e o desenvolvimento de estudos sobre a ictiofauna da região;
- o turismo;
- a educação e conscientização ambiental para a preservação das águas e da vida aquática.

Recomendação
007/2017.
Disponível
na página 95,
Caderno 02.

Resposta
à Recomendação
007/2017.
Disponível na página 95,
Caderno 02.

A proposta também procurava incentivar as economias locais, gerando trabalho e renda especializados, além de interesse turístico nas cidades onde os aquários estariam instalados.

A Fundação Renova respondeu que considerava pertinente a recomendação do Conselho Consultivo e buscava implementar estudos que subsidiem a viabilidade da criação de centros de reprodução da ictiofauna da bacia do rio Doce e ictiofauna marinha na região da foz. A instituição tem buscado parcerias e estreitado diálogo com instituições que possuem expertise na temática, para realizar ações que contribuam efetivamente para a recuperação da ictiofauna do rio Doce, enquanto geram emprego e renda nas regiões, por meio do Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras.

Ao final de 2018, a proposta continuava em avaliação de viabilidade pela Fundação Renova.

ESTÍMULOS ÀS ECONOMIAS LOCAIS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS

O Conselho Consultivo também fez recomendações sobre formas de criar estímulos às economias locais, criando critérios de contratação de fornecedores lo-

cais, cursos de capacitação para novas atividades que irão surgir com a recuperação das áreas e retomada de negócios e culturas produtivas que já existiram na região e podem voltar a florescer.

A Recomendação 005/2017 sugeria a adoção de critérios e práticas que viabilizem a aquisição de produtos e serviços de fornecedores locais. As ações de restauração das comunidades atingidas contavam com grande contingente de pessoas e empresas de fora para execução de serviços que a comunidade alegava haver pessoas locais capacitadas a executar.

Já a Recomendação 012/2017 sugeria que a Fundação Renova acelerasse os projetos de recuperação econômica das ilhas e das comunidades ribeirinhas com a retomada da cultura do cacau. A cultura, que já foi utilizada na região, poderia ajudar na recuperação ambiental e agregar valor à economia local.

Recomendações também foram emitidas visando à capacitação de trabalhadores locais para exercerem alguma atividade importante para o município como, por exemplo, a capacitação associada ao programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos. O Conselho recomendou implementar com celeridade máxima um programa de ca-

Recomendação
005/2017.
Disponível na
página 93,
Caderno 02.

Recomendação
012/2017.
Disponível na
página 99,
Caderno 02.

Recomendação
002/2018.
Disponível na
página 110,
Caderno 02.

pacitação dos gestores e operadores dos sistemas municipais de tratamento de água e esgoto ao longo da bacia hidrográfica, para que o programa obtenha sucesso com o apoio técnico devido e a geração de empregos locais qualificados.

INTEGRAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS (CONSELHO CONSULTIVO X CONSELHO CURADOR X CIF X COMITÊS DE BACIA)

O Conselho Consultivo sabia da necessidade de trabalhar em conjunto com as outras instâncias de governança da Fundação Renova para que a formulação de programas e o atendimento às necessidades das comunidades atingidas no processo de restauração fosse unísono e mais eficiente.

A primeira recomendação emitida pelo CCO tratava justamente da sua melhor interação com o Comitê Interfederativo. A Recomendação 001/2017 solicitava o encaminhamento prévio ao Conselho Consultivo das datas e pautas das reuniões do CIF, visando a permitir que os membros conseguissem se planejar para participar. Acrescentava que reuniões ou audiokonferências fossem realizadas com a equipe de governança, previamente às reuniões do CIF, para alinhamento e suporte à preparação dos conselheiros.

Recomendação
001/2017.
Disponível
na página 89,
Caderno 02.

No entanto, alguns meses após a recomendação ter sido emitida, houve a necessidade de formalizar mais um pedido, já que a participação do CCO nas plenárias do CIF haviam sido de pouca expressão e reconhecimento. Em conversas entre o presidente do CIF, membros do Conselho Consultivo e executivos da Fundação Renova, projetaram-se ganhos de todos com o maior entrosamento e empoderamento do Conselho Consultivo. Em especial nas reuniões plenárias do CIF, residem oportunidades para tratar de questões propostas pelo Conselho, que devem ter um tempo, previamente estabelecido, dedicado na pauta para dar a devida relevância no seu tratamento. Foram definidas também reuniões mensais entre os Conselhos Consultivo e Curador e o presidente do Comitê Interfederativo (CIF).

Os conselheiros acreditavam que os programas socioeconômicos e socioambientais da Fundação Renova deveriam ser apresentados ao Conselho Consultivo antes de serem enviados para aprovação do CIF, para que o Conselho pudesse atuar previamente, e não reativamente após aprovação dos projetos pelas Câmaras Técnicas.

Além de uma interação maior com o CIF e com o

Recomendação
006/2018, disponível
na página 116,
Caderno 02.

Definição ocorrida
na 15ª reunião
(24/04/18), página 28,
Caderno 02.

Pauta discutida
na 15ª reunião
(24/04/18),
página 28, Caderno 02.

13ª reunião do CCO
(01/03/18), página 24,
Caderno 02.

Conselho Curador, o Conselho Consultivo sempre pautou a necessidade de integrar melhor os Comitês de Bacia (tendo o CBH Doce como agente principal) no processo de restauração do rio Doce. Em março de 2018, reuniram-se em Governador Valadares o Conselho Consultivo, representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, diretores da Fundação Renova, o presidente do CIF e o coordenador do Comitê Técnico da Fundação Renova. Nessa oportunidade, o diálogo entre todas as instâncias demonstrou que uma aproximação mais sistemática entre o CIF, a Fundação Renova e o CBH Doce ofereceria um ambiente em que pudessem ser definidas em conjunto questões mais estratégicas e de longo prazo para a restauração da bacia do rio Doce. Verificou-se a necessidade de criar um fluxo de informações entre os CBH da bacia e entre estes e o Comitê Interfederativo, suas Câmaras Técnicas e a Fundação Renova, pois há potencial de sinergia entre o Plano da Bacia, em revisão pelo CBH Doce, e os programas a cargo da Renova, decorrentes do TTAC de restauração.

Ferramentas para dar visibilidade e alimentar o permanente diálogo deveriam ser desenvolvidas. Foi sugerido que o Conselho Consultivo atue como um elo para acompanhar a institucionalização da relação entre os CBHs e a Fundação Renova. Para isso, o

Conselho elaborou a Recomendação 007/2018, que propõe um Pacto de Compromissos Comuns – Legado e Visão Estratégica. Na proposta, os conselheiros representantes do CBH Doce agiriam proativamente, apresentando temas e demandas da coletividade, identificados no ambiente do CBH Doce. Eventuais reuniões conjuntas seriam agendadas para abrir e manter diálogos sobre as ações das partes. Nas visitas do Conselho Consultivo às regiões do Rio Doce, seriam estabelecidos diálogos com os respectivos CBH locais.

QUALIDADE DA ÁGUA, FONTES HÍDRICAS E ABASTECIMENTO

Uma das perspectivas mais importantes de se trabalhar com os CBH era sobre a qualidade da água do rio Doce. Era necessário estruturar um grande, robusto e consistente programa de educação, objetivando construir uma nova imagem do rio Doce como a principal e, em alguns casos, única fonte de água para as populações da sua calha. Esse foi o tema da Recomendação 004/2018, que alertava sobre a desconexão das populações com relação à qualidade da água e a recusa de consumi-la. Durante as visitas do Conselho Consultivo às comunidades, a população vinha constantemente indagando sobre a qualidade

Pauta discutida
na 15ª reunião
(24/04/18),
página 28, Caderno 02.

da água do rio Doce. Esta era uma questão crítica, sendo que não se apresentavam respostas para a comunidade. Observou-se a necessidade de disponibilização de informações e de um trabalho de educação ambiental e conscientização da população sobre a garantia da qualidade da água distribuída para consumo humano, uso em irrigação, pecuária e pesca. O Conselho esperava que o trabalho conjunto com os CBH pudesse ajudar na elaboração desse planejamento de informações sobre a água.

Recomendação
013/2018.
Disponível
na página 125,
Caderno 02.

Recomendação
018/2018.
Disponível
na página 131,
Caderno 02.

As Recomendações 013/2018 e 018/2018, emitidas ainda no início de 2018, reforçaram que fossem estabelecidas formas adequadas de comunicar os parâmetros e medições de qualidade da água do rio e do mar aos habitantes das comunidades atingidas, em especial os pescadores da foz, mostrando se o pescado pode ou não ser consumido. Mas as queixas dos ribeirinhos continuavam durante as visitas do Conselho às comunidades. Na última Recomendação emitida em 2018, sugeriu-se que a Fundação Renova desenvolva e disponibilize um aplicativo de celular que permita acesso aos indicadores de qualidade da água do rio Doce, com características de fácil interpretação e entendimento pela população: “a falta de acesso pela população ribeirinha a tais informações leva à desconfiança quanto a seu uso para consumo

Recomendação
034/2018.
Disponível
na página 145,
Caderno 02.

humano, mesmo após tratamento. Da mesma forma, atividades como a pesca, a irrigação de lavouras e a pecuária se ressentem da falta de acesso a essas informações.”

Os Comitês de Bacia também eram importantes para articular e garantir planos de segurança hídrica para as cidades abastecidas pelo rio Doce. Duas recomendações emitidas em fevereiro de 2018 trouxeram à tona preocupações com as fontes alternativas de abastecimento de água para as comunidades. A Recomendação 008/2018 pede a restauração de nascentes e florestas a montante das captações de água alternativas, além das nascentes nas cabeceiras do rio Doce, a montante do local do desastre, que deveriam ser restauradas para restituir a vazão do rio a seus valores históricos.

Já a Recomendação 003/2018 trata das fontes hídricas alternativas, em especial à adutora de Governador Valadares. A decisão sobre construir fontes hídricas alternativas, conforme estabelecido na cláusula 171 do TTAC, visava a oferecer às populações da calha do rio Doce garantia de acesso à água potável. No entanto, as soluções técnicas dadas muitas vezes constituíam investimentos nem sempre justificados do ponto de vista hídrico, racional e mesmo

Recomendação
008/2018.
Disponível
na página 118,
Caderno 02.

Recomendação
003/2018.
Disponível
na página 111,
Caderno 02.

econômico para as populações teoricamente beneficiadas. A nova adutora de Governador Valadares no rio Corrente era exemplo de um debate necessário com os diversos públicos interessados no sentido de destinar mais racionalmente os recursos. Recomendava-se criar um grupo de trabalho para desenvolver proposições quanto a alternativas mais consistentes dos pontos de vista técnico, social, educacional e econômico para o uso do orçamento definido para a construção de fontes hídricas alternativas, em especial e mais urgentemente a adutora em Governador Valadares.

RESPOSTAS ÀS RECOMENDAÇÕES

À medida que as recomendações eram emitidas, seja para Diretoria da Fundação Renova, CIF ou Conselho Curador – qualquer que fosse o órgão responsável pelo acolhimento e execução da Recomendação – o Conselho Consultivo colocava em um painel para acompanhamento e aguardava a resposta, que deveria ser emitida pela instância que recebeu o documento. A demora ou a não realização das devolutivas, especialmente no início do processo, causava desconforto

e favorecia um sentimento de que a Diretoria e a área de Governança da Fundação Renova não estavam dando o devido valor ao Conselho Consultivo e suas propostas e soluções para as diversas situações que se apresentavam a eles – que era justamente o trabalho que o Conselho Consultivo foi requisitado a fazer.

Com o tempo, as respostas tornaram-se um pouco mais eficientes. No entanto, nem todas foram consideradas satisfatórias. Foi pontuado em reuniões que a Fundação Renova dá a resposta, mas não as cumpre, algumas delas ainda são vagas e não têm seguimento. Na 20ª reunião, o Conselho realizou uma dinâmica para processamento das recomendações e avaliação das respostas emitidas, gerando pareceres com as conclusões:

- Recomendação atendida – finalizar
- Recomendação não atendida – finalizar
- Recomendação não atendida – solicitar mais informações
- Recomendação em desenvolvimento – requer acompanhamento

A análise de 46 recomendações emitidas até

O quadro completo da análise encontra-se na página 146, Caderno 02.

a data de 21/09/18, realizada pelo Conselho, demonstrou que:

- 08 recomendações foram atendidas e finalizadas;
- 05 recomendações foram parcialmente atendidas, sendo 01 concluída, as demais requerem acompanhamento e/ou mais informações;
- 03 recomendações não foram atendidas, e não tiveram prosseguimento;
- 12 recomendações não foram atendidas, e tiveram pedido de mais informações;
- 13 recomendações estavam em desenvolvimento, requerendo acompanhamento;
- 05 recomendações ainda não haviam sido respondidas até aquela data.

O Conselho Consultivo faz uma autocrítica de que o acompanhamento das recomendações emitidas não foi realizado de maneira eficaz. O caráter voluntário do trabalho dos conselheiros dificultou o acompanhamento mais rotineiro de demandas muito exigentes como esta: acompanhar as respostas, analisar, pedir mais detalhamentos, acompanhar a execução do que havia sido prometido nas respostas, entre outras tarefas.

O acesso às informações sobre as recomendações também não foi fácil. A planilha não tinha tanta visibilidade para todos os interessados, deixando o acompanhamento circunscrito a um número pequeno de pessoas. Para solucionar esse aspecto, uma nova recomendação foi feita no final de 2018 (a ser emitida em 2019) para que as recomendações – assim como suas respostas e o andamento dos projetos e soluções criadas para atendê-las – fossem disponibilizadas no site da Fundação Renova (ou outro ambiente virtual construído para isso), com acesso universal, fácil e imediato para todos os interessados.



BARREIRAS, ESTREITAMENTOS, REMANSOS

Resistências e oposições

As águas seguem seu rumo. A força da correnteza leva sempre para frente, para baixo, para o mar. Mas não sem resistência, não sem oposição. Barreiras se formam no caminho, é inevitável. Bancos de areia, barragens, remansos, rebojos. Mas as águas enfrentam, persistem, abrem caminho, seguem.

BANCOS DE AREIA

Em muitos pontos ao longo do curso do rio Doce, os rejeitos liberados pelo rompimento da barragem ficaram acumulados, formando bancos de lama e barrancos no leito do rio que causam interrupções e barreiras no fluxo e na velocidade da correnteza.

Os rejeitos do rompimento da barragem de Fundão devastaram propriedades e comunidades, arrasaram atividades e produções agrícolas, interromperam o abastecimento de água em cidades e causaram incontáveis danos que precisavam ser sanados o mais rápido possível.

Como os rejeitos que acumulam no fundo do rio, os danos também acumulados, que não encontravam soluções práticas, eficazes e rápidas, “assorearam o leito” do trabalho do Conselho Consultivo. Eram assuntos recorrentes nas pautas das reuniões, reclamações constantes nos encontros com as comunidades. Polêmicos, traziam turbulências e interrompiam a todo momento o fluxo de trabalho.

Programa de Indenização

A burocracia e a complexidade que envolviam o Pro-

grama de Indenização Mediada (PIM) estavam sempre entre essas pautas. Os critérios adotados para cadastrar os elegíveis à indenização dificultavam o acesso daqueles que de fato foram impactados. A comunicação com as comunidades atingidas também não era esclarecedora o suficiente. Um exemplo de momento crítico foi quando as pessoas tiveram a informação de que os casais precisavam ter documentos expedidos pelo cartório (oficializando uma união estável) para que companheiros e filhos recebessem benefícios. Isso gerou uma onda de revolta popular de que a Renova obrigava as pessoas a se casarem para ter direito a uma indenização que elas já deveriam ter recebido.

Pontes

O Conselho atuou recomendando que a Fundação Renova assumisse os custos de emissão dos documentos comprobatórios nos cartórios e estabelecesse critérios de reconhecimento uniformes em todos os territórios.

Recomendação
013/2018.
Disponível
na página 125,
Caderno 02.

O PIM era um programa com muitas falhas e problemas, constante motivo de conflitos com as comunidades, e os esforços e cobranças do Conselho para que os acertos fossem céleres e eficazes não funcionaram melhor do que os dos próprios atingidos. O sentimento generalizado nas comunidades atingidas era de que a Fundação Renova priorizava a restauração ambiental, deixando os atingidos de lado, descumprindo prazos e negociações, o que causou grande comoção popular. As indenizações para os pescadores se arrastaram por tanto tempo sem solução que viraram pauta para uma discussão mais aprofundada no Conselho, gerando a proposta da Política do Pescador de Fato, que será comentada no próximo capítulo.

Em quase todas as reuniões do Conselho, o assunto fez parte da pauta: critérios confusos para a concessão de indenização, dano duplo, indenização assistida, procedimentos de comunicação em casos de negativa, casos de inconsistência no recebimento, casos identificados de pagamentos indevidos ou duplicados, fraudes e manipulações. Muitas vezes, o Conselho soube dos casos antes mesmo da Fundação Renova ou da auditoria externa contratada, porque estava atento às queixas e denúncias das próprias comunidades, que queriam, mais do que ninguém, que as indenizações fossem pagas de forma justa a quem tinha real direito.

Relacionamento com as comunidades – parte 1

Problemas como esse, dos atrasos e falhas no pagamento das indenizações, traziam à tona uma outra questão: o relacionamento com as comunidades atingidas. As pessoas nas comunidades muitas vezes não se sentiam representadas ou ouvidas na Fundação Renova. Mesmo que o Conselho Consultivo tivesse lugares reservados para representantes – e os que ali estiveram exerceram seu papel de forma efetiva para o andamento das atividades, sempre buscando os interesses legítimos das comunidades – ainda se percebia uma grande insatisfação da sociedade e um sentimento de que havia falta de compromisso da Fundação Renova com a solução dos problemas. O que gerava, por outro lado, uma frustração dos conselheiros por não conseguirem demonstrar para a sociedade e para as comunidades todo o esforço que vinha sendo feito.

“É como se tivéssemos sido corrompidos. As nossas comunidades não veem o que está sendo feito aqui, ou porque o que tentamos fazer não aconteceu ou porque não é mostrado para eles. Passamos a perder o crédito dentro das comunidades. Até o nosso caráter é questionado.”

A morosidade das entregas ou a não resolução dos problemas, algumas vezes, acabou recaindo sobre o Conselho, por ser o órgão com quem algumas comunidades tinham mais contato, pelas diversas ocasiões em que esteve nos locais atingidos, ouvindo a população, e também pela presença oficial do representante dessas comunidades dentro do próprio Conselho.

Apesar desse contato, em muitos relatórios da Fundação Renova emitidos para as localidades atingidas não constavam as visitas do Conselho e as recomendações feitas para a resolução dos problemas detectados. Em algumas ocasiões, reuniões e eventos da Renova aconteceram nos territórios, sem que os conselheiros representantes daquelas comunidades tivessem sido convidados ou informados, gerando ainda mais falhas de comunicação e falta de confiança.

Havia ali um problema claro de comunicação, que vinha sendo observado pelos conselheiros desde as primeiras reuniões. As comunidades não sabiam o que estava sendo realizado e o porquê dos atrasos. O Conselho chegou a pontuar essa questão diversas vezes para a Diretoria da Renova. Em meados de 2018, em uma apresentação feita ao Conselho Consultivo, a Diretoria relatou a: “implantação de um novo método de atuação, que passa a integrar o diálogo, redesenhado para dar sentido e direção, esforço de regularidade, agilidade e empatia. Houve tam-

bém ajustes nos canais de comunicação, visando um olhar menos técnico e mais humano”. Foi ainda solicitado ao Conselho Consultivo apoio no sentido de acalmar a população, informando que todos serão atendidos em suas demandas. A população, no entanto, ainda muito se queixaria pela falta de informação e transparência depois dessa mudança na forma de comunicação.

BARRAGENS

Em tempos como este, em que desastres envolvendo barragens são assuntos, temores e tristezas cotidianos, mencionar que barragens são estruturas que podem causar danos terríveis no fluxo dos rios é falar do óbvio. E como não foram só os rios os prejudicados, falar de barragens é falar de morte e destruição para a natureza e para os homens.

As barragens aqui mencionadas são metafóricas. Não chegam ao ponto de causar morte e destruição. São barreiras construídas pelos homens, não fisicamente, mas por atos, falas e imposições que interrompem o correr das águas da convergência, prejudicam o fluxo das soluções e das saudáveis trocas de saberes e experiências entre as comunidades e os responsáveis por reverter os desastres causados pelas barragens físicas, também construídas pelos homens.

17ª reunião (19/06/18),
página 35, Caderno 02.

Relacionamento com as comunidades – parte 2

Uma questão relevante no relacionamento com as comunidades foi a atuação de alguns movimentos sociais que influenciaram a sociedade no reconhecimento do trabalho da Fundação Renova e impediram a indicação de conselheiros que pudessem ser representantes de algumas comunidades de Minas Gerais. As vagas para conselheiros representantes de Bento Rodrigues, Paracatu e Barra Longa não chegaram a ser preenchidas, sendo que essa participação teria sido muito importante para que o Conselho tivesse as vozes dessas comunidades tão seriamente atingidas pelo desastre. A orientação para que esse representante não fosse escolhido teria vindo de organizações sociais e do Ministério Público de Mariana, que não reconheciam a legitimidade do TTAC e, conseqüentemente, da Fundação Renova ou dos seus Conselhos e Comitê Interfederativo.

Em Barra Longa, o relacionamento entre comunidade e Fundação Renova, incluindo o Conselho Consultivo, sempre foi tumultuado. Após a reunião relatada no capítulo “Ilhas – Sobre viagens a campo”, que gerou a entrega do chapéu do Zé do Sabino, a situação ainda continuou tensa, com duas manifestações da população e o fechamento de estradas para

os empregados da Fundação Renova. As propostas de datas para a reunião com o presidente Roberto Waack, conforme prometido pelo Conselho Consultivo na ocasião relatada anteriormente, foram canceladas pelo Ministério Público. Também houve relato sobre protestos em Santa Cruz do Escalvado e em Rio Doce. Era necessário restabelecer a confiança das comunidades e dos manifestantes na Fundação Renova, mas a situação se agravava cada dia mais.

Pontes

O Conselho Consultivo chegou a sugerir a criação de Comitês Locais para atuar como mediadores de diálogo com a Fundação Renova. A sugestão veio de alguns conselheiros na tentativa de se evitar a dominância de alguns grupos e organizações sociais mais atuantes que pudessem impedir o diálogo.

Relatado na 22ª reunião (19/10/18), página 48, Caderno 02.

REMANSOS

O rio também tem seus remansos, onde a água fica parada, quieta, profunda. Sem fluxo, sem corrente, sem a energia única que faz o rio correr para o mar.

O remanso esconde segredos. Na sabedoria de pescador, são os melhores lugares para pescar robalos, peixe nobre que gosta de viver nas águas quase paradas. Nas comunidades tradicionais, o remanso é o espaço de Nanã, a avó das águas que fica por baixo de todas as camadas, amada e respeitada, especialmente pelas comunidades que vivem à beira d'água. Nanã é também a senhora da morte, responsável pelos portais de entrada (reencarnação) e saída (desencarne). Talvez Nanã more no remanso porque a morte é um dos segredos que ele esconde. As águas paradas podem ser traiçoeiras e camuflar bem abaixo da sua superfície perigosas correntes que fazem pessoas, animais e coisas desaparecerem para sempre.

Ideias e soluções também podem se perder assim, desaparecendo como se tivessem entrado nas águas de um remanso e sido tragadas para sempre.

Quando o Conselho Consultivo levantou ideias como a Gestão do Conhecimento, pesquisou e desenvolveu o projeto de floculantes à base de mandioca ou criou o desenho de um Centro de Reprodução de Peixes do Rio Doce, com aquário aberto para visitação, essas ideias e soluções eram promissoras, podiam trazer mais desenvolvimento, dinamizar as economias locais, melhorar o uso dos recursos para a recuperação do rio Doce, estabelecer as bases para um conhecimento único e importante para toda a humanidade sobre desastres dessa natureza e gravidade.

No entanto, esses projetos ficaram parados, ignorados ou descartados pelos órgãos que precisavam tomar decisões sobre sua execução. Sem fluxo, sem corrente, sem energia para se transformarem e se concretizarem. Talvez tenham desaparecido para sempre sob as águas do remanso. Ou podem ainda se transformar em robalos – produto valioso que se busca nas águas paradas. Para isso, os futuros conselheiros terão de se mostrar também bons pescadores.

REBOJOS

Dizem que quando águas em um movimento furioso se encontram com águas mais calmas, o embate das correntezas forma um remoinho, um turbilhão. Como um pequeno tsunami, as águas se erguem em onda, engolindo o que estiver à frente. Isso é o rebojo.

Quando a lama desceu furiosa, libertada repentinamente da sua barragem, ela encontrou a correnteza mais tranquila dos rios que estavam logo abaixo. O rebojo desse encontro foi o que cobriu como uma onda Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa.

O encontro de opiniões divergentes pode formar embates tensos, causadores de remoinhos, turbilhões. Alguns projetos chegaram ao Conselho Consultivo causando um rebojo na correnteza do rio.

Adutora de Governador Valadares

Em fevereiro de 2018, na reunião do Conselho Consultivo em Governador Valadares, foi apresentado o projeto da adutora que seria implantada na cidade, com início das obras previsto para agosto do mesmo ano. Os conselheiros levantaram então questionamentos sobre o projeto de captação alternativa de

água para a região: os recursos vultuosos destinados para a obra poderiam ser investimentos para melhorar a eficiência das estações de tratamento de água existentes no município e reduzir as perdas e desperdícios atuais do sistema de distribuição; existia um fator social e político que induzia a execução da obra; o empreendimento geraria impactos ambientais; os custos da operação seriam maiores que o da operação de captação e tratamento de água do próprio rio Doce – e seriam repassados aos usuários; deveria haver mais investimentos para a conscientização da população de que a água do rio Doce é tratável e pode ser distribuída com qualidade.

No debate sobre o assunto, o Conselho Consultivo decidiu se posicionar firmemente contrário à construção da adutora. Na posição de representantes de toda a sociedade, não poderiam concordar que se gastassem milhões de reais em uma obra inócua, sendo que sabiam tecnicamente que era possível realizar um gasto muito menor (cerca de 10%) para resolver o real problema da cidade: a rede de distribuição de água. O requisito estabelecido no TTAC de se garantir abastecimento de água no caso de novo rompimento poderia ser atendido com reservatórios represados, o que não chegou a ser considerado nos estudos.

Recomendação
003/2018.
Disponível
na página 111,
Caderno 02.

18ª reunião
(18/07/18),
página 39,
Caderno 02.

Os conselheiros procuraram diálogo com a área de engenharia da Renova, de forma técnica e jurídica; emitiram uma recomendação (como meio de denúncia) com documentação e dados necessários; confrontaram a Diretoria e buscaram o Conselho Curador, que sugeriu uma reunião com o Comitê de Obras. O retorno foi dado a poucos dias do início da obra: o compromisso já estava firmado e a construção se iniciaria ainda em julho de 2018.

Foi reafirmado que o compromisso da Fundação Renova era realizar e entregar a obra da adutora, como estava prevista no TTAC, como forma alternativa de captação de água para Governador Valadares, e não como captação principal. O Conselho argumentou que, como a obra da adutora geraria impactos nos consumidores, a Fundação teria a obrigação de se posicionar e se colocar em defesa da sociedade, não tendo interesse particular. Segundo entendimento dos conselheiros, o TTAC foi mal interpretado pela Fundação Renova. Apesar do termo prever a obra, poderiam ter sido propostos outros projetos e outras formas de melhoria da captação e distribuição de água.

O Conselho ainda questionou como a obra seria realizada sem a outorga do Comitê de Bacia. Foi informado, então, que o CIF já havia dado parecer favorável para a execução. O Conselho optou por enviar à di-

retoria da Fundação Renova uma Moção de Desconforto, uma vez que as respostas aos questionamentos foram dadas em cima do início da obra, invalidando o debate iniciado pelo Conselho. Foi reforçado também que o Conselho deveria ter tido mais participação no projeto da adutora, tendo sua voz e opiniões (trazidas pelo conhecimento e experiência dos conselheiros e validada pela representação que fazem da sociedade brasileira) levadas em consideração.

TAC Governança

Quando o TTAC foi assinado pela Samarco e suas mantenedoras, dando origem à Fundação Renova e todas as suas estruturas, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ainda não tinham aceitado os termos do acordo. O fato causou uma grande deficiência do sistema, que tinha muitas dificuldades para operar sem a anuência desses órgãos.

No primeiro semestre de 2018, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais estabeleceu um novo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC 2.0, também conhecido por TAC Governança, que criava novas regras sobre a governança do sistema.

Quem primeiro tomou conhecimento sobre a minuta do TTAC 2.0 foram algumas comunidades atingidas, antes mesmo que o documento chegasse às instâncias da Fundação Renova, como o Conselho Consultivo. O fato veio à tona porque a minuta foi trazida ao Conselho por representantes de comunidades que receberam o texto em primeira mão.

12ª reunião do CCO (28/02/18), página 23, Caderno 02.

O Conselho Consultivo estudou e buscou entender a proposta e, por fim, elaborou um parecer sobre o texto do novo TTAC, posicionando-se contrário a algumas regras do termo. Os conselheiros entenderam que as três formas de organização da participação dos atingidos propostas no TTAC Governança (Comissões Locais, Comitês Regionais e Fórum de Observadores) poderiam dificultar muito as ações efetivas de instâncias como o Conselho Consultivo.

Em carta aberta ao Ministério Público e em reunião com o procurador público federal, o CCO expôs essa opinião e sugeriu uma maior valorização dos Comitês de Bacias Hidrográficas, instâncias já existentes, instituídas por leis federal e estaduais, de forma tripartite (setor público, sociedade civil e usuários), muito atuantes, com vasto conhecimento sobre a bacia do rio Doce, mas que ainda tinham pouca interação com os trabalhos da Fundação Renova.

Carta ao Ministério Público, página 151, Caderno 02.

A princípio, o Ministério Público respondeu positivamente quanto à participação do Conselho Consultivo

16ª reunião (16/05/18), página 32, Caderno 02.

na construção da nova redação do TTAC, especialmente porque diz respeito à governança do sistema. No entanto, as tentativas de marcação de reunião com o promotor público não tinham sucesso.

Em novembro de 2018, após participação do Conselho Consultivo em reunião com Ministério Público e CIF, foi relatado que arranjos para a implantação da nova governança ainda estavam em andamento, tais como: criar as estruturas inexistentes, adequar as existentes e nomear representantes para cada; criar nova estrutura de ouvidoria com maior participação social; contratar gerenciador CIF e gerenciador atingidos; adequar no estatuto, conforme mudanças propostas no TAC Governança e validá-lo internamente e junto ao MP; entender os papéis e responsabilidades de cada área. Foi pontuado que não existiu participação da comunidade nas decisões sobre a representatividade da comunidade nas instâncias de Governança da Fundação Renova, sendo o procedimento realizado de forma não democrática. Um dos conselheiros presentes informou que pediu a palavra como representante do Conselho Consultivo, na reunião do CIF, e não lhe foi dado o direito. Foi dito que a Fundação Renova não tem legitimidade para apontar tais relatos ao MP, mas o Conselho tem legitimidade para escrever as recomendações ao MP, informando e pedindo providências.

23ª reunião (23/11/18), página 50, Caderno 02.

As recomendações foram feitas e não houve resposta.



MEANDROS

Amadurecimento

Chega o momento em que o rio passa a correr mais suave, na planície, serpenteando pelo terreno. É como se, a cada volta do seu corpo, ganhasse um novo impulso, uma nova força para seguir adiante. O caminho das águas pode parecer mais longo e tortuoso, mas é assim que deve ser para que o desenho do rio marque definitivamente a paisagem.

Uma observação atenta às atas de reuniões do Conselho Consultivo revela: os assuntos por ali corriam em meandros, fazendo curvas e dando voltas, reaparecendo no olhar a cada duas três reuniões. Até que conseguissem seguir adiante.

Era dessa forma que alguns assuntos progrediam e amadureciam. Outros pereciam – de tanto dar voltas, acabavam ficando parados no mesmo lugar.

Esse era o caso do PIM, o Programa de Indenização Mediada, já mencionado como um tema que estava sempre voltando à pauta. Dentro desse campo, a indenização aos pescadores era uma das questões mais delicadas e urgentes para se lidar.

POLÍTICA DO PESCADOR DE FATO

Em março de 2018, a reunião do Conselho Consultivo viveu um grande debate relativo à indenização dos pescadores do rio Doce atingidos pelo desastre.

A conselheira de Povoação alertou que havia lá um contingente alarmante de pescadores informais, sem documentação de registro, o RGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira). A insatisfação com a política de indenização sobre a pesca era muito grande porque excluía esses profissionais por uma razão que não

lhes competia – simplesmente o RGP não era emitido desde 2012 pelos órgãos federais encarregados. Isto deu início a um debate permanente sobre a indenização dos pescadores na foz, em todas as reuniões do Conselho Consultivo.

Ao mesmo tempo, a comunidade de pescadores de Regência se via frente a outra situação. Ao contrário de Povoação, onde a pesca era no canal da beira, lá a pesca era em alto mar, e a fiscalização mais contínua. 90% dos pescadores estavam documentados. Em Regência, porém, a política não reconhecia o direito a indenização de embarcações e apetrechos, além de não reconhecer tripulantes da pesca em alto mar.

Os conselheiros da foz se manifestavam com veemência cada vez mais incisiva, e aos poucos foram sensibilizando os demais conselheiros. A questão dos pescadores informais em Povoação foi ganhando relevância. Foi ficando claro que, por ter sido criada sem a participação dos pescadores atingidos, a política de indenização vigente não levava em consideração esses casos de pescadores que estavam sem a documentação exigida. As distorções do sistema de registro geraram outra indignação: havia pessoas com RGP – portanto, indenizadas – que nem pescadores eram.

Não se tinha conhecimento da dimensão do problema no restante da bacia, mas certamente o mesmo problema se repetia.

A irritação dos conselheiros da foz com a inação da Fundação Renova era crescente. Finalmente, uma carta da associação de pescadores de Regência endereçada ao Conselho Consultivo e à Fundação Renova, tratando das questões que afligiam os pescadores daquela comunidade, disparou a inclusão das questões dos pescadores na pauta da 12ª reunião, e a equipe técnica do Programa de Indenização Mediada (PIM) foi convocada para um debate. O debate esquentou quando os conselheiros sentiram que a equipe não estava consciente da proporção e da gravidade dos problemas, especialmente os dos pescadores não documentados, e não demonstrava sensibilidade para agir com a rapidez e a intensidade necessárias. Estava claro que a política não era justa com todos os atingidos, e que era necessário criar novas formas de reconhecimento.

Diante da grande insatisfação dos conselheiros e do calor das discussões, decidiu-se criar um grupo de trabalho composto por conselheiros e pessoal da Renova. Ao final da reunião, o grupo se reuniu e decidiu retornar no dia seguinte, focado em enfrentar e solucionar o problema dos pescadores informais. A liderança dos conselheiros de Povoação e Regência foi decisiva, pois tinham o conhecimento da situação, a experiência e a força da representação das comunidades de pescadores.

O grupo de trabalho (GT) começou, imediatamente, a discutir a possibilidade de aceitação de documentos alternativos ao RGP para validação do cadastro de profissional da pesca elegível à indenização, como certidão de casamento, cartão do posto de saúde, crediários, matrícula dos filhos na escola, notas fiscais de compra de material de pesca etc. Ainda assim, faltava a muitos pescadores qualquer documento que comprovasse o exercício da pesca – e sua importância na renda e no sustento de suas famílias. Inspirado pela experiência da conselheira de Rio Doce, o GT se sentiu seguro ao saber da legislação que trata de povos tradicionais, que estabelece formas de reconhecimento não documental. Passou então a elaborar um outro formato, complementar aos documentos, que considerava o “Pescador de Fato”: aquele que pudesse comprovar sua atividade por meio de declarações de outros pescadores profissionais, questionários e entrevistas sobre a vida e a experiência do pescador.

Esse novo procedimento alterava a política aplicada ao PIM, e por isso era necessária a validação formal da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT OS) e do CIF, por meio de nota técnica e deliberação. A proposta da nova política ainda percorreu longos caminhos, e os conselheiros tiveram que exercer sua combatividade em diversos fóruns e reuniões.

Após alguns meses de deliberação e discussão, foi definida a realização de um Projeto Piloto que pudesse ser aplicado no município de Conselheiro Pena, Minas Gerais, e nos distritos de Regência e Povoação, no município de Linhares, Espírito

Santo. Os documentos necessários para o reconhecimento do Pescador de Fato: uma declaração em que constasse o período no qual o pescador atuou na região e especificações sobre a área na qual o pescador de fato pescava, assim como o local de sua residência; um Formulário da Pesca, com perguntas sobre a rotina da pesca, ambiente, recursos pesqueiros e apetrechos, destino do pescado e cadeia produtiva, legalidade; e um testemunho oral gravado. Os critérios de elegibilidade utilizados seriam baseados na Lei da Pesca, mas acrescentariam o reconhecimento por testemunho de outros pescadores e uma manifestação oral de conhecimento da profissão. A partir desses elementos, seria possível estabelecer quem era um Pescador de Fato, elegível à indenização. O Conselho Consultivo recomendou o pagamento imediato das indenizações tão logo fossem definidos os Pescadores de Fato, para dar solução rápida a uma questão que vinha se arrastando há anos.

Em uma reunião, o Conselho Curador finalmente destacou a importância da Política do Pescador de Fato e aprovou o projeto. Considerou, no entanto, que os ritos processuais dos projetos precisariam ser melhorados, e o tratamento dado a toda a calha do rio deveria ser mais abrangente, integrado e não territorial.

O Projeto Piloto ainda demorou a ser implantado, descumprindo prazos acordados e gerando multas para a Fundação Renova, além de manifestações de conselheiros e pescadores insatisfeitos com o atraso do pagamento das indenizações, buscando chamar a atenção da sociedade e do poder público. Após aplicado, o Projeto Piloto ainda precisará de correções de rota e ajustes para se transformar definitivamente em uma Política e seguir adiante, enfim indenizando de forma justa os pescadores atingidos.

22ª reunião
(19/10/18),
página 48,
Caderno 2.

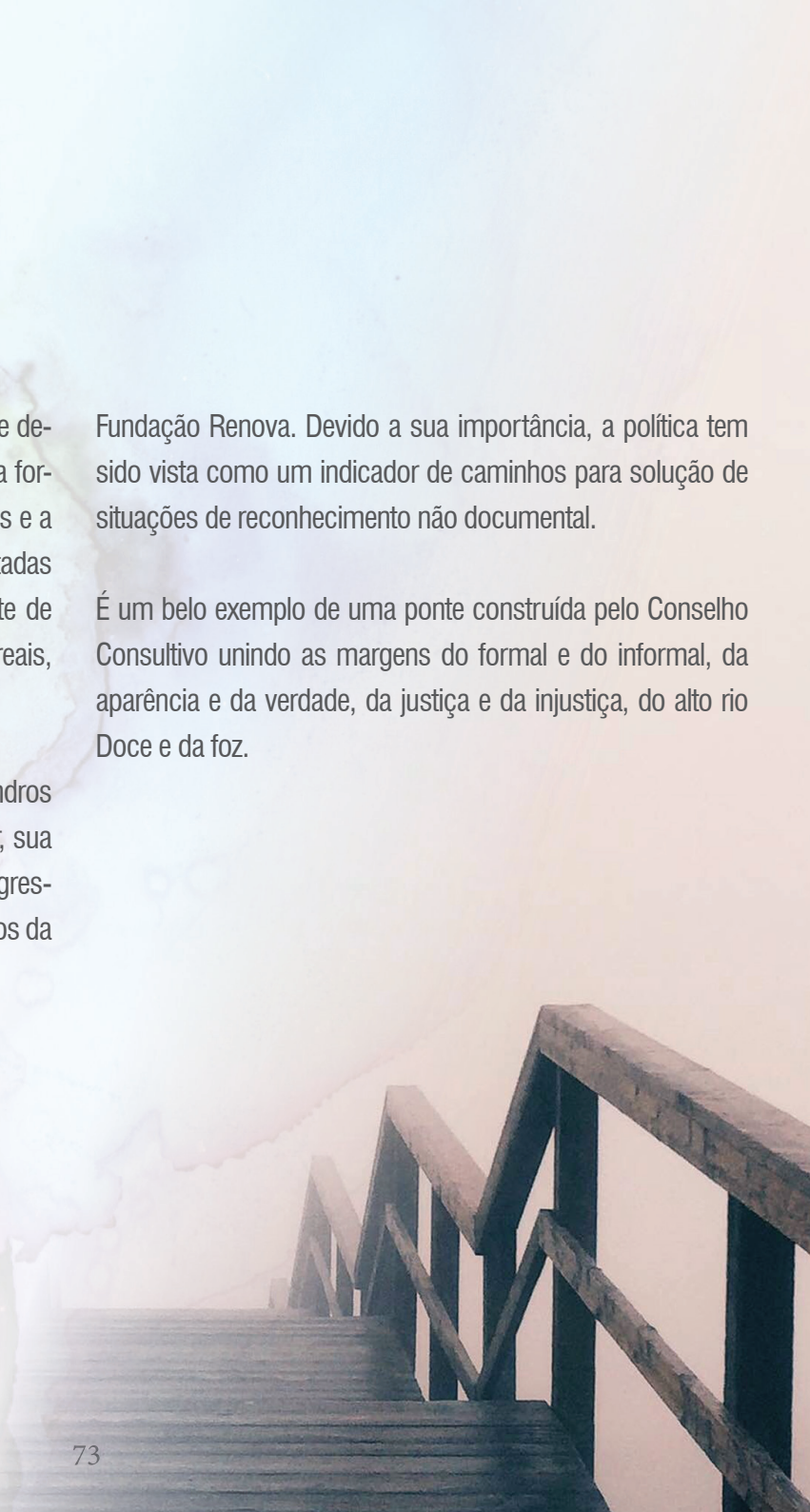
Pontes

A Política do Pescador de Fato é um projeto concebido e desenvolvido dentro do Conselho Consultivo que mostra a força e a qualidade do trabalho realizado pelos conselheiros e a importância de ter diversas vozes ouvidas e representadas ali. Foi a presença de um pescador como representante de sua comunidade que levantou a questão, deu exemplos reais, mostrou o que era factível e justo para os pescadores.

A Política também demonstra que, apesar dos meandros técnicos e burocráticos pelos quais ela teve que passar, sua composição final é resultado de amadurecimento e progresso, um exemplo a ser seguido em diversos outros projetos da

Fundação Renova. Devido a sua importância, a política tem sido vista como um indicador de caminhos para solução de situações de reconhecimento não documental.

É um belo exemplo de uma ponte construída pelo Conselho Consultivo unindo as margens do formal e do informal, da aparência e da verdade, da justiça e da injustiça, do alto rio Doce e da foz.





DESAGUADOURO

Diretrizes para o futuro

O rio vai chegando ao mar. Seus quilômetros finais já são mais profundos, mais densos, mais largos. São o acúmulo de todas as águas, as histórias, as vidas carregadas. São águas menos límpidas, por toda a terra percorrida. Ainda assim, são águas mais reflexivas, por toda a trajetória vivida.

É hora de o rio despedir-se de si, do seu corpo, das suas formas, das suas margens. Vai deixar suas águas no mar. Vai deixar de ser percurso, de ser caminho, para ser maré, ser corrente, ser imensidão.

Com a instituição do TAC Governança e tendo chegado ao fim o mandato de dois anos dos conselheiros, conforme previsto no estatuto da Fundação Renova, a configuração do Conselho Consultivo se modificará em 2019.

A partir do segundo semestre de 2018, o Conselho começou a se preparar para esse período de avaliação do trabalho realizado e transição para a nova etapa, que prevê a chegada de novos conselheiros, trazendo talvez outros formatos de debate e de perspectiva de atuação para a instância.

Alguns projetos foram previstos para esse momento:

- **Diretrizes para o relacionamento do Conselho Consultivo com a Diretoria da Fundação Renova** – conjunto de cinco diretrizes que orientam o relacionamento de acordo com a experiência vivida nos dois anos de funcionamento do Conselho.
- **“Lições Aprendidas e Expectativas de Melhoria do Conselho Consultivo”** – levantamento do percurso do Conselho Consultivo, com coleta de informações e reflexões sobre o papel dos conselheiros e sua atuação individual e coletiva.

- **Plano de Trabalho do Conselho Consultivo** – desenvolvimento de um plano com o modus operandi do Conselho Consultivo, para auxiliar na implantação do TAC Governança e na nova composição de conselheiros.

- **Relatório de dois anos de atividade do Conselho Consultivo** – desenvolvimento de um relatório contendo a narrativa e as atividades realizadas pelo Conselho Consultivo, para compor a memória do que já foi feito e auxiliar nos próximos passos, com os erros e acertos da primeira composição do CCO.

“Em face do advento do TAC Governança, o Conselho Consultivo ficará mais fortalecido ao funcionar em cooperação com os Conselhos Locais e Regionais, que terão papel fundamental para mobilizar e arregimentar a comunidade atingida. Essas instâncias operarão como endereço das demandas ainda não atendidas e/ou desconsideradas pelo sistema de governança da reparação dos danos da tragédia, além de realizarem o escrutínio para escolha e indicação dos seus representantes nas instâncias de decisão da Renova. Todavia, o poder de decisão continuará sendo exercido pelas instâncias governativas já existentes, estabelecidas no TTAC, como

o CIF e o Conselho Curador, cuja atuação será alterada pela mudança na correlação de forças de seus representantes.

Nesse contexto, o CCO permanecerá sendo, tal como está no TTAC, uma esfera consultiva formal, institucionalmente inserida na estrutura de governança, com participação majoritária de representantes das comunidades atingidas ao longo da calha do rio Doce. Mas com uma visão expandida, ao contar com membros da academia e de outros setores da sociedade.

Assim, penso que caberá ao Conselho o papel de galvanizar, de plasmar as demandas que irão brotar no seio das Comissões e de outras instituições representativas da sociedade com interesse na reparação, adotando uma visão ampla de todas as dimensões exigidas para a compreensão dos intrincados problemas produzidos pela tragédia da SAMARCO, em Mariana”.

José Carlos Carvalho
Ex-Ministro do Meio Ambiente e Coordenador
do Comitê Técnico da Fundação Renova

DIRETRIZES PARA O RELACIONAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO COM A DIRETORIA DA FUNDAÇÃO RENOVA

Em agosto de 2018, o Conselho Consultivo debateu internamente seu alinhamento e suas estratégias de atuação. O resultado dessa produção foi um material a ser apresentado para a Diretoria da Fundação Renova, que tinha o objetivo de estabelecer diretrizes para o relacionamento entre Diretoria e Conselho Consultivo.

O diálogo com a Diretoria foi iniciado logo na sequência, na mesma reunião, apontando as principais questões dos conselheiros com relação à baixa efetividade da Fundação Renova; aos argumentos de esquivas, nem sempre fundamentados e plausíveis; à omissão do Conselho Curador; à percepção das insatisfações de atores diversos da sociedade; à perda de credibilidade da Fundação Renova.

A Diretoria foi informada de que alguns conselheiros demonstravam o desejo de se desligar do Conselho por essa insatisfação e sentimento de não-reconhecimento.

Na tentativa de estabelecer um melhor alinhamento entre as duas instâncias, é que as Diretrizes de Re-

19ª reunião (24/08/18),
página 41, Caderno 02.

lacionamento foram elaboradas e acordadas com a Diretoria:

(I) A Diretoria acolherá, analisará e buscará viabilizar o atendimento aos pleitos das comunidades trazidas pelo Conselho Consultivo. As respostas, formas e documentos, devem ser dados em prazo de 15 dias a partir de sua apresentação. A Diretoria dará visibilidade às comunidades sobre os resultados dos pleitos trazidos pelo Conselho Consultivo. As respostas podem ser de 3 tipos:

- a) recomendação rejeitada com justificativa;
- b) recomendação aceita;
- c) recomendação e negociação em andamento. Neste caso deverá se estabelecer comunicação permanente e periódica de andamento.

(II) O Conselho Consultivo utilizará novas formas de agir para cumprir as Cláusulas do TTAC e do Estatuto. A Diretoria considerará e acatará com agilidade, sem protelação, os documentos do Conselho Consultivo para a implementação das ações neste sentido;

(III) A Diretoria proverá recursos necessários para o trabalho do Conselho Consultivo no cumprimento de suas responsabilidades descritas no TTAC

e no Estatuto, nas atividades em curso e a serem implementadas. Será providenciado suporte operacional independente, na forma de uma Secretaria Executiva e Assessoria Técnica exclusiva;

(IV) O Conselho Consultivo quer ser proativo na implementação do TAC Governança. Dentro de suas atribuições e possibilidades, a Diretoria envolverá o Conselho Consultivo no decorrer do processo de implementação do TAC Governança, em todos os aspectos que tenham a ver com sua estruturação e posicionamento no sistema de Governança. A Diretoria se esforçará, junto com o Conselho Consultivo, em realizar uma reunião entre o Ministério Público, Conselho Curador, Diretoria e Conselho Consultivo;

(V) A Diretoria envolverá o Conselho Consultivo na construção de Políticas, Programas e Projetos, nos momentos anteriores a seu encaminhamento às Câmaras Técnicas.

Na reunião, o Presidente da Fundação Renova afirmou que o diagnóstico do Conselho Consultivo era perfeito e solicitou sua maior proatividade, alegando a importância de seu papel e sua presença. Ressaltou a relevância de uma maior participação das comunidades nos processos da Renova, assim como da participação do Conselho Consultivo nas Câmaras

Técnicas no desenho das soluções. O Presidente afirmou acreditar que existe uma falha no sistema interno da Fundação Renova. Por isso, mudanças na Diretoria são fundamentais. Para realizar as correções necessárias, programas de integração interna e integração com os territórios estão em desenvolvimento.

O Presidente afirmou que existiam mais de dez mil atividades ocorrendo na Renova, o que tornaria inviável a participação do Conselho Consultivo em todas elas. Mas que deve haver esforço e adaptação para colocar em prática o item V, sendo que o papel do Conselho Consultivo é construir as grandes diretrizes a serem incorporadas nos programas e discutir com as Câmaras Técnicas quando houver divergências dentro dos projetos.

Ressaltou que existem três momentos do papel do Conselho Consultivo na Governança: a discussão macro política; a participação na política na formação de notas técnicas (um instrumento referente ao processo decisório no âmbito das Câmaras Técnicas e CIF); e a implementação efetiva. É necessária uma visão estratégica da reparação, uma visão macro. Foi proposto marcar uma agenda para discutir esses temas e definir políticas macro e, consequentemente, verificar se os programas estão divergindo dessas políticas.

Quanto à diretriz IV, foi frisado que a Renova está alinhada ao desejo dos conselheiros. Foi solicitada ao Ministério Público agenda para discutir os projetos com o Conselho Consultivo e a Diretoria. As reuniões deveriam ocorrer na sede da Fundação Renova e com periodicidade mensal.

Em relação à diretriz III, foi esclarecido que é possível providenciar o suporte operacional independente de uma Secretaria Executiva. Mas há dificuldade de encontrar o perfil de Assessoria Técnica exclusiva. Foi sugerido para o cargo um jornalista com capacidade de escrever e relatar a partir de um encaminhamento. Concluiu-se que o perfil desejado pelo Conselho Consultivo é um redator com capacidade analítica para transformar as demandas que o Conselho verbaliza em um documento com recomendações. Tal documento poderá ter encaminhamentos concretos.

Quanto à diretriz II, o Presidente concordou com a solicitação de maior autonomia do Conselho Consultivo, que deve ter capacidade de conversar, mediar, agendar reuniões com a comunidade. No entanto, salientou que o Conselho Consultivo não tem poder de tomada de decisão. Mas, apesar disso, a Diretoria deveria escutar as opiniões e posicionamentos do Conselho, já que esse é o principal papel de um conselho consultivo.

Sobre a diretriz I, foi reforçada a sugestão do Conselho Consultivo quanto ao prazo de 15 dias para a Diretoria fornecer as respostas, formas e documentos. Quando não for possível um encaminhamento em tão curto prazo, os 15 dias valem para informar ao Conselho Consultivo se o pleito está a) em negociação; se foi b) negado, contendo justificativa técnica; ou se c) será implementado.

LIÇÕES APRENDIDAS E EXPECTATIVAS DE MELHORIA

Em uma escuta individualizada com os conselheiros, uma consultoria contratada levantou as lições aprendidas e as expectativas de melhoria do trabalho do Conselho Consultivo. A apresentação do relatório final revelou pontos importantes para a avaliação do trabalho realizado ao longo de quase dois anos:

O que deu certo? E o que viabilizou que as entregas dessem certo?

- A abertura do canal de comunicação com os atingidos, viabilizado pela descentralização do Conselho com idas ao campo;
- O reconhecimento do papel do Conselho, aumentando sua credibilidade com a Diretoria;

- A relação de proximidade entre os Conselhos Curador e Consultivo e maior participação no CIF;
- O debate presencial, tendo em vista a participação da Diretoria e da Governança nas reuniões do Conselho Consultivo;
- O maior envolvimento do Conselho com membros diretamente afetados das comunidades, além da Diretoria, Governança, Gerentes de Territórios e Gerência de Programas;
- Na Governança, a participação no suporte técnico e operacional, viabilizado pela disponibilização de pessoas e recursos para fazer os papéis;
- A ida direta ao Ministério Público para conversar com o promotor, repercutindo na quebra de fronteira com a própria Diretoria;
- A interação com a Câmara Técnica de Organização Social;
- A construção de diálogo com as lideranças da comunidade;
- As apresentações em nome do Conselho, em di-

20ª reunião (21/09/18),
página 44, Caderno 02.

versas palestras e entrevistas à imprensa.

O que deu errado? O que poderia ter sido feito para o resultado ser diferente ou melhor?

- O déficit de apoio logístico e operacional para o Conselho manter contato com a comunidade, ter mais protagonismo e estrutura organizacional;
- Maior reconhecimento do Conselho Consultivo, haja vista que é a instância de relacionamento com a comunidade;
- Maior participação da Diretoria nas reuniões do Conselho;
- Falta de autonomia e de indefinição do papel institucional das Gerências de Territórios (Gerente de Território x Gerente de Programa);
- Pouca integração entre o Comitê Técnico e o Conselho Consultivo;
- Não reconhecimento do papel do Conselho Consultivo por parte do Conselho Curador e do CIF, além da falta de respostas às recomendações emitidas pelos Conselheiros;
- Falta de linguagem adequada para dialogar com as comunidades;
- Pouca interação da Assistência Técnica e das Câmaras Técnicas com o Conselho Consultivo;
- O Conselho Curador encara o Conselho Consultivo como apêndice, não respeitando o nível de hierarquia e importância;
- O Conselho Curador, o CIF, a Diretoria, a Governança e os Gerentes de Território e de Programas não priorizaram as demandas do Conselho Consultivo;
- A participação do Conselho nas comunidades, quando não teve braço, ouvido e cabeça para agir de forma abrangente;
- A aproximação com o CIF foi muito tardia e superficial;
- Resistência da Diretoria às propostas feitas pelo Conselho Consultivo;
- Falta de efetividade da gestão das Recomendações pela área de Governança;
- Desarticulação da Gerência de Territórios com o ponto focal;

- Gerentes de Programas distantes do Conselho Consultivo, sendo muito técnicos e com posição sempre de justificar, ao invés de discutir e dialogar;
- Pouca interatividade com a comunicação;
- Tentativa de cerceamento da autonomia do Conselho Consultivo por parte das empresas;
- Relação com o Promotor do TAC Governança no Ministério Público falha, já que ele não responde aos e-mails, telefonemas e mensagens dos Conselheiros;
- Não interação das Câmaras Técnicas com o Conselho nas fases de definição de projetos;
- Falta de relacionamento da Ouvidoria com o Conselho;
- Falha de complementariedade com o Comitê Técnico: o Conselho poderia ter sua ação voltada para fora e o Comitê Técnico para dentro da Fundação Renova, devidamente articulados;
- Com relação à comunidade acadêmica, foi afirmado que o Conselho não conseguiu ter uma ação junto à academia para promover um processo de gestão do conhecimento mais interativo;

- Relação com o Comitê de Bacia não funcionou. O Pacto entre CIF, Diretoria da Renova e Comitê de Bacia, recomendado pelo Conselho, ainda não foi discutido, apesar de repercutir a intenção declarada pelas partes.

PLANO DE TRABALHO

Para lidar com o novo cenário criado pela a implementação do TAC Governança, o Conselho Consultivo criou um Plano de Trabalho, buscando refletir sobre a própria atuação e caminhos para fazer com que suas recomendações/funções fossem mais efetivas. A definição de regras para o funcionamento do Conselho Consultivo no futuro era de profunda importância, além da necessidade de uma melhor estruturação física e de processos.

INDICAÇÃO DE NOVOS CONSELHEIROS

Acredita-se que uma disputa poderá se instalar nas comunidades para decidir quem serão os seus sete representantes no Conselho Consultivo. Tais representantes não podem ser escolhidos e nem sofrer interferência do Conselho, por isso a importância de se preparar para solucionar os conflitos que surgirão com a nova composição. A formulação de critérios

de participação e perfis para esses representantes poderia contribuir para evitar ou, pelo menos, reduzir os problemas que poderão surgir. O alerta foi feito na tentativa de evitar a chegada de representantes que podem misturar a representação da sua comunidade de origem com sua militância política.

Foi ressaltado que o Conselho poderia sugerir perfis, mas não indicar nomes. Para tanto, após o estudo de perfis recomendáveis, o Conselho emitiu ofícios para as entidades detentoras do direito de indicar conselheiros com o espírito de oferecer uma recomendação baseada na análise crítica possibilitada pela vivência dos dois anos de vida do Conselho.

Os perfis sugeridos para o preenchimento das 19 vagas disponibilizadas ao Conselho Consultivo foram:

a. Sobre as 4 vagas indicadas pelo CBH Doce, foi sugerido que os indicados sejam 2 técnicos e 2 representantes da sociedade. Destacou-se a importância de descrever a necessidade de comprometimento com o Conselho Consultivo, conhecimento sobre os temas técnicos sobre a CBH e sobre a Fundação Renova;

b. Sobre os 2 representantes de ONGs, foi proposto que seja um representante de uma ONG ambienta-

lista (atuante na área da Marinha, conforme descrito no primeiro TTAC, por sugestão de um conselheiro) e outro representante de uma ONG social, ambos com atuação efetiva na bacia do rio Doce, legalmente constituída, com representação legítima e brasileira – não deveria ser uma entidade internacional.

c. Sobre os 3 representantes de instituições acadêmicas, foi proposto 1 representante de academia ligado às áreas de Hidrologia, Solo, Ambiental; 1 ligado a Antropologia, História e Área de Humanas e 1 representante ligado a Governança e Gestão Territorial. Foi destacado pelos conselheiros que as universidades devem ser locais, preferencialmente na região da bacia, podem ser instituições privadas, *think tank* ou centros de pesquisa;

d. Sobre os 2 representantes de entidades de Direitos Humanos, foi proposto 1 representante de Direito Humanitário ou pessoa de notório saber na área e 1 representante de povos e comunidades tradicionais (pescador, quilombola, ribeirinho, indígena) ou pessoa de notório saber na área;

e. Sobre 1 representante da área de Desenvolvimento Econômico, foi proposta a indicação de instituição com histórico de estudos, pesquisas e projetos para desenvolvimento econômico da bacia do rio Doce.

Para essa vaga, foi sugerido que a Fundação Renova escolha o representante, com o auxílio do MP, sendo que o Conselho Consultivo também pode indicar nomes.

Foi reforçado pelos conselheiros que devem ser premissas para todas as vagas a disponibilidade e o comprometimento e todos concordam com a sugestão de realizar uma Chamada Pública para as vagas.

MODUS OPERANDI

O *modus operandi* do Conselho Consultivo foi apresentado na 23ª reunião, com aprovação geral pelos conselheiros presentes.

Alguns pontos importantes sobre o Plano de Trabalho:

- Sobre a dificuldade de comunicação e aproximação com os Gerentes de Territórios: a área de Governança deve se reunir com os gerentes de territórios para definir quais os pontos devem ser repassados para o Conselho Consultivo;
- Sobre o tempo de dedicação dos conselheiros à Fundação Renova: solicitaram que a participação não se limite às reuniões mensais;

- Sobre a mudança no perfil da pauta: foi solicitado que a pesca seja assunto mais frequente;

- Sobre o período de mandato do coordenador: os conselheiros aprovaram o mandato do Coordenador de 1 ano, podendo ser prorrogável por igual período;

- Sobre a participação de pessoal da Fundação Renova ou terceiros nas reuniões do Conselho Consultivo: deve ser aprovada previamente pelo Conselho;

- Sobre o *timing* das consultas: os conselheiros informaram a insatisfação com esse retorno, já que o prazo não está funcionando na prática;

- Sobre comunicação com a instituição representada no CCO: deve ser informada a ausência consecutiva do conselheiro com ou sem justificativa;

- Sobre as respostas do Conselho Curador às recomendações do Conselho Consultivo: quando não houver resposta, cabe ao Conselho Consultivo informar o MP, para que o Conselho Curador seja oficiado.

O *modus operandi* do Plano de trabalho do Conselho Consultivo será projetado para o novo Conselho, tão logo os conselheiros assumam o seu posto.

CENÁRIO POLÍTICO DO CONSELHO CONSULTIVO

Diante do novo cenário político proporcionado pelo TAC Governança, com possibilidade de maior presença de movimentos sociais entre os representantes das comunidades, o Conselho Consultivo talvez deva mudar a sua abordagem dentro das comunidades. O banco de dados *online*, com as recomendações feitas pelo Conselho disponíveis para qualquer pessoa acessar, será uma boa ferramenta para que as comunidades possam verificar o que foi feito de suas demandas e como está o andamento das resoluções. Isso gerará menor ruído e falha de comunicação entre o momento da demanda e o da resolução.

CELEBRAÇÃO DA COLHEITA

A 24ª reunião, em dezembro de 2018, celebrou os aprendizados e conexões do Conselho Consultivo. Foram apresentadas algumas atividades voltadas para a transformação dos conflitos em lições aprendidas. Uma das propostas é organizar a gestão do tempo, para que as reuniões do Conselho sejam mais funcionais e todos tenham a mesma oportuni-

dade para se manifestar. Foram sugeridas alterações no formato dos encontros, para dinamizar mais as pautas e aproveitar melhor o tempo juntos.

“Houve uma construção, dentro das limitações do que estava sendo exigido, custosa, que caminhou com passos muito difíceis. Agora que a estrada já está um pouco mais pavimentada, o Conselho pode caminhar mais depressa.”

RELATÓRIO DE DOIS ANOS DE ATIVIDADE DO CONSELHO CONSULTIVO

Nas últimas reuniões de 2018, o Conselho Consultivo definiu a criação deste documento: um relatório com os fatos positivos e negativos do trabalho executado pelos conselheiros em seus dois anos de mandato. O relatório deverá ser enviado para o CIF, Conselho Curador, Ministério Público, comunidades atingidas e para os próximos integrantes do Conselho Consultivo.

CARTA DA DIRETORIA AO CONSELHO CONSULTIVO DA FUNDAÇÃO RENOVA

A primeira reunião de 2019 foi marcada pela entrega de uma carta da Diretoria da Fundação Renova ao Conselho Consultivo. Pessoalmente, o Presidente Roberto Waack fez a leitura da carta aos conselheiros:

“Recentemente, tivemos uma reunião da Diretoria com a equipe de governança com o objetivo de fazermos uma conversa sobre o papel do Conselho Consultivo, bem como seu valor dentro da estrutura de governança da Fundação Renova. Na ocasião, nos foi apresentado um balanço das lições aprendidas, tanto aquela que os senhores realizaram com a consultora Olívia Braschi, quanto o que foi capturado nas atas das reuniões.

A equipe de governança organizou o resultado desse exercício sobre lições aprendidas categorizando-as entre todas as instâncias de governança da Fundação Renova. Dessa forma, obtivemos comentários e críticas em relação à Diretoria, ao Conselho Curador, ao CIF, à equipe de governança, aos gerentes de programas e territórios e uma autocrítica que este

Conselho fez quanto à sua própria atuação.

Reconhecemos todas as críticas que foram apontadas. Mais do que isso, reconhecemos que falhamos. Para nós, foi uma grande lição ter acesso a esses comentários para que possamos melhorar os nossos atuais e futuros trabalhos.

Reconhecemos que vocês, conselheiros, pavimentaram as condições para que o Conselho Consultivo tenha cada vez mais relevância dentro da estrutura de governança do TAC Governança. O Plano de Trabalho que iniciaram, em agosto de 2018, visando ter um mapa do caminho, um mapa do modus operandi e um registro das lições aprendidas é um produto de extrema relevância para que os novos membros desse Conselho consigam instrumentalizar o seu trabalho.

Também admitimos que diversas das propostas que hoje estão consolidadas na Fundação Renova, como é o caso da Política do Pescador de Fato, da criação dos Gerentes de Território, dentro outras, tiveram suas origens nas discussões desse Conselho Consultivo. É cada dia mais evidente a importância que esse Conselho tem para:

- *Influenciar e criticar eventuais disfunções de projetos e programas em planejamento e/ou em curso;*
- *Propor projetos não previstos;*
- *Dialogar com os atingidos; e*
- *Ser um agente catalizador de diálogo e ações.*

Declaramos, ainda, o nosso mais profundo respeito e engajamento, disposição e disponibilidade dos senhores em participar e atuar nesse conselho em caráter voluntário.

É por tudo isso que, em nome de toda a Diretoria, quero registrar a nossa imensa gratidão por tudo que fizeram, fazem e farão para que possamos ser o mais bem-sucedidos no processo de reparação e de indenização, e assim superar os nossos três grandes desafios de escala, tempo e conhecimento.”

“A recuperação do rio Doce é como as águas do próprio rio. Correm lentas, param nos remansos, se aceleram nas correntezas, enfrentam as rochas, mas nunca voltam para trás.”



A TRAJETÓRIA DO RIO

Considerações finais

Minas são muitas, já dizia Guimarães Rosa. E muitos são os seus rios. Em cada um deles, muitas histórias, muitas águas, muitos rios em um. São suas ilhas, cascatas e cachoeiras, barragens e barreiras. Seus meandros, seu percurso, seu desaguar no mar.

Um rio se faz do encontro de muitas águas. Vindas das diversas serras e nascentes, cada uma com sua história e sua trajetória, que se entregam para formar um único leito, um único percurso até o mar.

Assim se fez também o Conselho Consultivo da Fundação Renova. Um encontro de pessoas de diferentes origens e personalidades. De diferentes experiências profissionais e de vida. De diferentes modos de ser, pensar, sentir, propor, agir, lutar. De diferentes conhecimentos e saberes. Cada um, um universo, uma história, uma trajetória.

Desse encontro, surgiram os mais diferentes questionamentos e indagações, sentimentos, desejos e proposições. Diferentes, e algumas vezes conflitantes, sim. Mas todas as propostas tinham um objetivo comum: buscar o melhor para o rio Doce.

Diante desse grande objetivo em comum, esse grupo de pessoas se reuniu e se debruçou sobre ideias e propostas, ouviu queixas e projetos, buscou entender, tentou questionar, trouxe à roda informações, experiências, sabedorias, tanto das ciências das academias, quanto da ciência de viver.

Muitas propostas surgiram. Eram lançadas em reunião, em meio aos debates acalorados e cheios de

expectativas. Aos poucos, os conselheiros entenderam que era necessário mais do que empolgação e boas ideias lançadas à mesa. Dentro de um organismo com um complexo sistema de governança (exigência do TTAC na constituição da Fundação Renova), era preciso formalizar e documentar ideias e propostas e acompanhá-las enquanto percorriam os diversos níveis e instâncias de debate. Dessa forma, nasceram as Recomendações, um valioso material de todo o prolífero trabalho do Conselho Consultivo ao longo de dois anos.

A experiência proporcionada pelos debates, pesquisas e propostas elaboradas pelo Conselho Consultivo era muito rica. Da mesma forma, todo o conhecimento gerado pela Fundação Renova (e pelas instâncias, órgãos e instituições ligadas a ela) sobre a recuperação de uma bacia hidrográfica após um grande desastre ambiental era importante demais para não ficar devidamente registrado e ser amplamente divulgado e acessado em ocasiões futuras. O Conselho Consultivo percebeu isso e recomendou a criação da Gestão do Conhecimento, uma forma de manter viva a memória do esforço empreendido, das lições de fracasso e sucesso e todo o conhecimento adquirido em anos de pesquisa e ações de recuperação e restauração do rio Doce e da vida ao redor dele. Esse conhecimento, devidamente documentado,

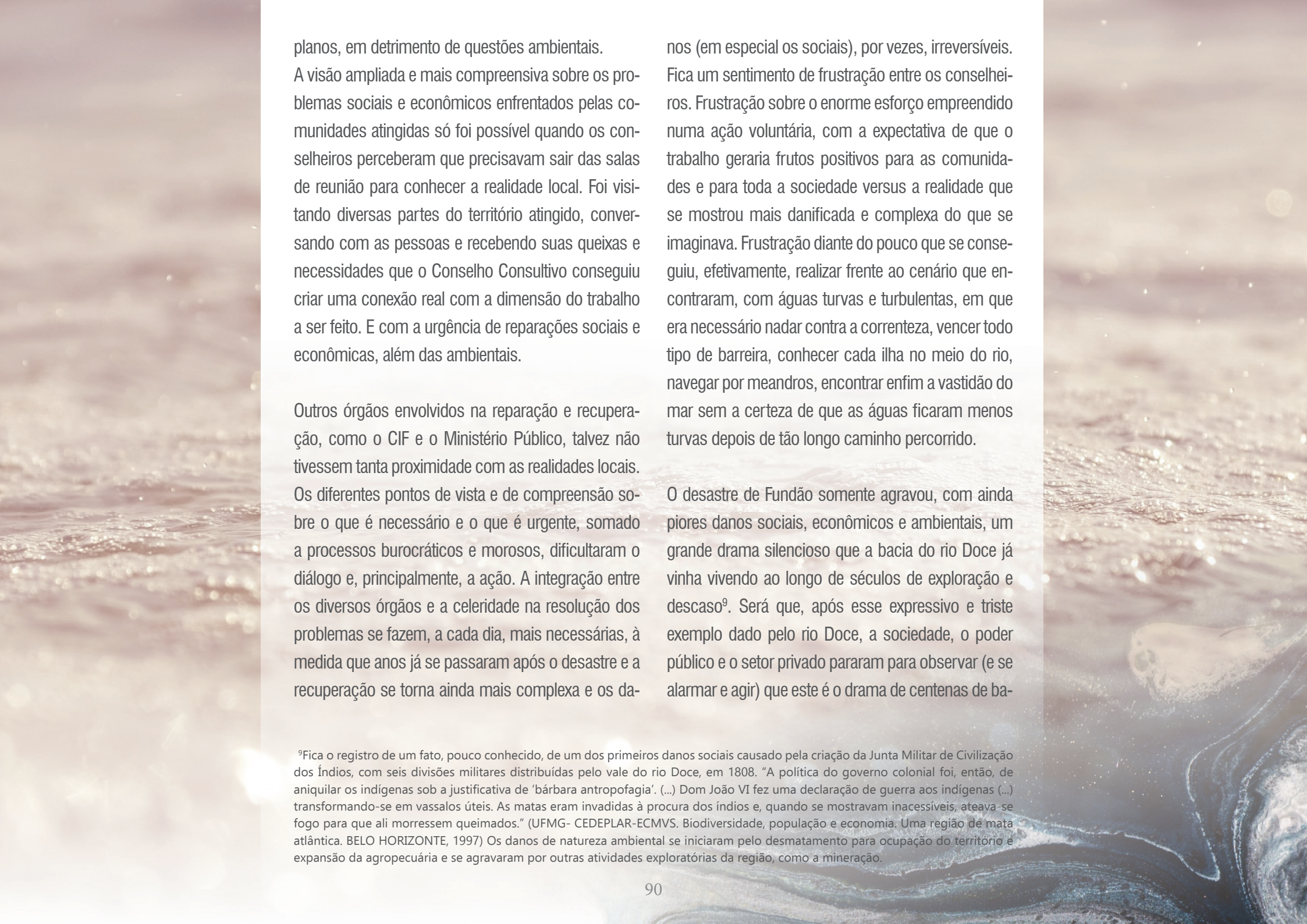
seria de valor inestimável em situações futuras, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, que viessem a acontecer.

O que ninguém imaginava é que aconteceria tão rápido e tão perto. A primeira reunião do Conselho Consultivo em 2019 foi marcada pelo luto e pela perplexidade diante de mais um rompimento de barragem de mineração, na cidade de Brumadinho, Minas Gerais. Desta vez, com ainda mais violência e vidas perdidas. E uma dor profunda ao perceber que desastres como esse não deveriam ocorrer nem uma vez, o que dirá duas vezes (e muito mais vezes se forem considerados aqueles sem tanta repercussão na mídia). O que pensar e dizer diante de tanto sofrimento e dessa cicatriz que se forma em Minas Gerais, o estado cuja mineração está no seu nome, na sua história e na sua identidade? Os conselheiros ainda tentaram colocar em palavras esse sentimento e escreveram uma carta às vítimas da tragédia e à sociedade.

O que era possível oferecer como ajuda em uma recuperação após a tragédia? Conhecimento e experiência. Para isso, a Gestão do Conhecimento seria fundamental. Infelizmente, assim como algumas outras propostas e recomendações do Conselho Consultivo, não foi implementada. Não a tempo, pelo menos.

Muito além da demora, ou mesmo negligência, no encaminhamento, aprovação e implantação de recomendações e propostas, os conflitos e desencontros entre Conselho Consultivo, as demais instâncias da Fundação Renova (Diretoria, Governança, Conselho Curador, CIF, Câmaras Técnicas etc) e órgãos como o Ministério Público se fizeram presentes por todo o tempo, muitas vezes dificultando o trabalho de todos os envolvidos. O modelo de governança construído para essa situação era único, inovador em diversos aspectos. No entanto, sua complexidade e as diferentes missões e objetivos de cada instância distanciaram as suas agendas, por vezes impedindo que as ações e os resultados fossem mais céleres e eficazes.

Um exemplo desta ineficiência é a demora na consolidação do reassentamento dos moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. Assim como a devida indenização aos proprietários rurais e aos pescadores. Cabe ressaltar aqui que o MP e os órgãos licenciadores têm sua parcela de responsabilidade nessa morosidade. Em especial, a demora no reassentamento vem tornando, lamentavelmente, irrecuperável o tecido social daquelas comunidades, com consequências inevitáveis para as gerações atuais e futuras. Isto é patente, pelo demonstrado em emocionados depoimentos de alguns atingidos que se queixam por terem ficado em segundo e terceiro



planos, em detrimento de questões ambientais. A visão ampliada e mais compreensiva sobre os problemas sociais e econômicos enfrentados pelas comunidades atingidas só foi possível quando os conselheiros perceberam que precisavam sair das salas de reunião para conhecer a realidade local. Foi visitando diversas partes do território atingido, conversando com as pessoas e recebendo suas queixas e necessidades que o Conselho Consultivo conseguiu criar uma conexão real com a dimensão do trabalho a ser feito. E com a urgência de reparações sociais e econômicas, além das ambientais.

Outros órgãos envolvidos na reparação e recuperação, como o CIF e o Ministério Público, talvez não tivessem tanta proximidade com as realidades locais. Os diferentes pontos de vista e de compreensão sobre o que é necessário e o que é urgente, somado a processos burocráticos e morosos, dificultaram o diálogo e, principalmente, a ação. A integração entre os diversos órgãos e a celeridade na resolução dos problemas se fazem, a cada dia, mais necessárias, à medida que anos já se passaram após o desastre e a recuperação se torna ainda mais complexa e os da-

nos (em especial os sociais), por vezes, irreversíveis. Fica um sentimento de frustração entre os conselheiros. Frustração sobre o enorme esforço empreendido numa ação voluntária, com a expectativa de que o trabalho geraria frutos positivos para as comunidades e para toda a sociedade versus a realidade que se mostrou mais danificada e complexa do que se imaginava. Frustração diante do pouco que se conseguiu, efetivamente, realizar frente ao cenário que encontraram, com águas turvas e turbulentas, em que era necessário nadar contra a correnteza, vencer todo tipo de barreira, conhecer cada ilha no meio do rio, navegar por meandros, encontrar enfim a vastidão do mar sem a certeza de que as águas ficaram menos turvas depois de tão longo caminho percorrido.

O desastre de Fundão somente agravou, com ainda piores danos sociais, econômicos e ambientais, um grande drama silencioso que a bacia do rio Doce já vinha vivendo ao longo de séculos de exploração e descaso⁹. Será que, após esse expressivo e triste exemplo dado pelo rio Doce, a sociedade, o poder público e o setor privado pararam para observar (e se alarmar e agir) que este é o drama de centenas de ba-

⁹Fica o registro de um fato, pouco conhecido, de um dos primeiros danos sociais causado pela criação da Junta Militar de Civilização dos Índios, com seis divisões militares distribuídas pelo vale do rio Doce, em 1808. "A política do governo colonial foi, então, de aniquilar os indígenas sob a justificativa de 'bárbara antropofagia'. (...) Dom João VI fez uma declaração de guerra aos indígenas (...) transformando-se em vassalos úteis. As matas eram invadidas à procura dos índios e, quando se mostravam inacessíveis, ateava-se fogo para que ali morressem queimados." (UFMG- CEDEPLAR-ECMVS. Biodiversidade, população e economia. Uma região de mata atlântica. BELO HORIZONTE, 1997) Os danos de natureza ambiental se iniciaram pelo desmatamento para ocupação do território e expansão da agropecuária e se agravaram por outras atividades exploratórias da região, como a mineração.

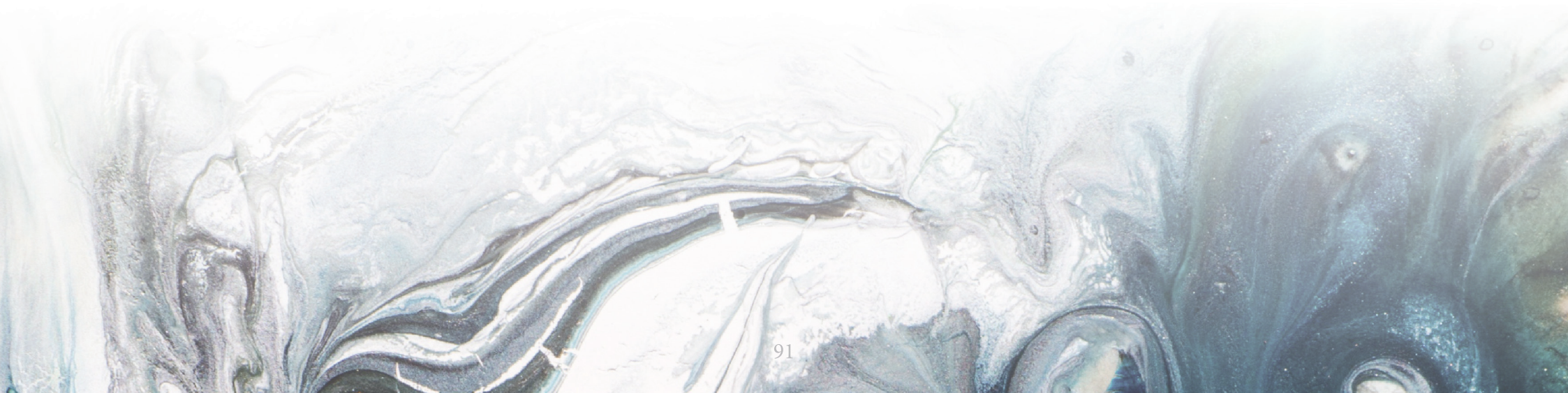
cias hidrográficas brasileiras? E de que o Brasil depende enormemente dessas águas para sobreviver?

No início deste documento, Cláudio Boechat traz uma reflexão sobre as margens do rio Doce, por onde navega a canoa do Conselho Consultivo. Para unir essas margens, eternamente opostas, é necessário construir pontes que promovam o encontro e o diálogo. O que este relato buscou, detalhando como foram esses dois anos de navegação árdua por águas turvas, foi mostrar onde os conselheiros encontraram terreno fértil para construir tais pontes. Muitas delas não saíram do primeiro

**“Quando a tarde
estiver fria
e a noite querendo
chover, lembrem-se
que são os rios
querendo viver.”**

rascunho de projeto, outras ainda estão sendo construídas e pavimentadas, ganhando solidez para serem locais seguros de travessia para o futuro: aquele em que a recuperação do rio Doce é concluída e é possível encontrar uma região próspera e sustentável, como há séculos não é.

Resta uma recomendação a ser feita para os próximos conselheiros: que continuem buscando construir pontes projetadas para o encontro e para o futuro. E que toda a doação de talento, experiência e idealismo tenha um único e grande objetivo, um rio Doce melhor para todos e para cada um.



CONSELHO CONSULTIVO

